

# Ação <sup>~</sup> jornal



ANO XXX | Nº 238 | MAIO-JUN/2016

**ANABB**

PUBLICAÇÃO DA ANABB  
www.anabb.org.br

## **ELEIÇÕES CASSI**

Confira o resultado do processo

## **AÇÃO FGTS**

Parentes podem participar

## **ELEIÇÕES PREVI**

Entrevista com os candidatos

# **DE OLHO NOS FUNDOS DE PENSÃO**

**Os investimentos dos principais fundos de pensão, entre eles a Previ, foram alvo de CPI na Câmara dos Deputados. Já no Senado, projeto de lei muda regras para escolha de gestores dos fundos**





## DÉFICIT DA PREVI

Entendo que a ANABB deve sempre analisar com profundidade as causas de tudo aquilo que possa causar prejuízo aos associados. Os motivos do déficit da Previ não são apenas conjunturais. Em suma: por que um plano de benefícios maduro como o nosso Plano 1, que está em processo de extinção, tem uma carteira com muitos investimentos de alto risco e sem observância de uma das regras mais básicas de não colocar todos os ovos no mesmo cesto? Essas questões precisam ser respondidas e merecem acompanhamento e cobrança rigorosa da Associação junto aos gestores da Previ.

*Irvando Luiz Hoff*  
Brasília – DF

## REDES SOCIAIS

Temos de respeitar as opiniões de todos. Respeito é um quesito indispensável em qualquer entidade. Sabemos que existem problemas ou desvios de conduta, e até corrupção, em muitos órgãos públicos e privados. Políticos, advogados, médicos, empresários, juizes, desembargadores, promotores, dirigentes de entidades estão praticando delitos. Não podemos agir, simplesmente, apregoando o enfraquecimento de nossas entidades, propondo campanhas de desfiliação. Ao contrário, temos de fazer campanhas de fortalecimento de nossos clubes e entidades. Trabalhamos e nos orgulhamos de ter pertencido a uma empresa com mais de 200 anos. Portanto, não fomos nós que a criamos. Aqui, quero dizer que devemos aos que se empenharam, lutaram e trabalharam para que o BB chegasse a esta longevidade. Temos de propor e cobrar ações que fortaleçam nossas entidades, questionar e cobrar soluções dos dirigentes que nós elegemos, mas a postulação ao cargo foi pleiteada por eles, e eles têm de nos bem representar. Não podemos aceitar ou deixar

circular mensagens propondo desfiliação em massa, principalmente por colegas que se afastaram da ANABB, não são mais sócios e estão agindo como intrusos, com o intuito de enfraquecê-la.

*Nelson Perin*  
Erechim – RS

Carta divulgada em rede social pelo associado

## AÇÕES JUDICIAIS

Sempre leio cartas de agradecimento pelos bons serviços prestados. Infelizmente, não posso dizer o mesmo. Em janeiro de 2000, entrei com uma ação para receber o que foi cobrado indevidamente sobre o IR no pagamento feito pela Previ. Tenho 85 anos, já fui operado do coração, fiz radioterapia para tratamento de câncer de próstata e NADA. Fico esperando que a lei seja cumprida, mas estamos no Brasil. Será que em um futuro próximo escreverei elogiando a ANABB? Como eu, muita gente deve estar na mesma situação. Espero escrever algo elogioso para esta seção.

*Geraldo Chrysóstomo Cunha*  
Bebedouro – SP

**NR:** No que depende da ANABB e dos advogados próprios e contratados, é realizado acompanhamento contínuo das ações junto aos tribunais para que haja aceleração dos processos de forma a contribuir para liquidação mais rápida. No entanto, os atrasos nos processos normalmente referem-se à demora da própria Justiça em julgar os méritos. Cada processo tem um tempo diferente para ser julgado e liquidado, que depende de número, recursos e atuação de juizes e demais membros da Justiça. A existência de jurisprudência não leva a uma resolução imediata das questões submetidas ao Judiciário. Existem muitos fatores que dificultam o andamento das ações, pois os processos estão sujeitos a previsões legais de processamento das ações e é impossível suprimir etapas.

## DIRETORIA EXECUTIVA

**REINALDO FUJIMOTO**

Presidente

**JOSÉ BRANISSO**

Vice-Presidente Administrativo e Financeiro

**DOUGLAS SCORTEGAGNA**

Vice-Presidente de Comunicação

**HAROLDO DO ROSÁRIO VIEIRA**

Vice-Presidente de Relações Funcionais

**JOÃO BOTELHO**

Vice-Presidente de Relações Institucionais

## CONSELHO DELIBERATIVO

Luiz Oswaldo Sant'ago (Presidente)

Ana Lúcia Landin

Antônio José de Carvalho

Antônio Sérgio Riede

Augusto Carvalho

Cecília Mendes Garcez Siqueira

Célia Maria Xavier Larichia

Cláudio José Zucco

Claudio Nunes Lahorgue

Denise Vianna

Emílio Santiago Ribas Rodrigues

Fernando Amaral

Graça Machado

Iris Carvalho

Irmar de Castro Fonseca

Isa Musa de Noronha

Maria do Ceu Brito

Maria Goretti Fassina Barone Falqueto

Nilton Brunelli

Tereza Cristina Godoy Moreira dos Santos

William Bento

## CONSELHO FISCAL

Williams Francisco da Silva (Presidente)

Anaya Martins de Carvalho (titular)

Vera Lúcia de Melo (titular)

João Antônio Maia Filho (suplente)

Maria Lizete da Silveira (suplente)

Verdi Barros Bezerra (suplente)

## DIRETORES REGIONAIS

Regional AC-01: Julia Maria Matias de Oliveira

Regional AL-02: Nilson Roberto Lopes Vieira

Regional AP-03: Samuel Bastos Macedo

Regional AM-04: Valéria Moura Campos

Regional BA-05: José Easton Matos Neto

Regional BA-06: Jonas Sacramento Couto

Regional BA-07: Paulo Vital Leão

Regional BA-08: Maruse Dantas Xavier

Regional CE-09: Maria José Faheina de Oliveira

Regional CE-10: Ozimeire Penaforte S. Caetano

Regional DF-11: Hélio Gregório da Silva

Regional DF-12: José Augusto de Oliveira

Regional DF-13: Antônio José Teixeira Siqueira

Regional DF-14: Wellington Mendonça dos Santos

Regional DF-15: José Augusto Cordeiro

Regional ES-16: Sebastião Cheschim

Regional GO-17: Elézer Lemes da Silva

Regional GO-18: José Carlos Teixeira de Queiroz

Regional MA-19: Camilo Gomes da Rocha Filho

Regional MT-20: Daniel Ambrosio Fialkoski

Regional MS-21: Valdeir Ciró de Souza

Regional MG-22: Luiz Carlos Fazza

Regional MG-23: Eustáquio Guglielmelli

Regional MG-24: Matheus Fraiha de Souza Coelho

Regional MG-25: Amir Além de Aquino

Regional MG-26: Anibal Moreira Borges

Regional MG-27: Maria Rosário Fátima Durães

Regional PA-28: Fábio Gian Braga Pantoja

Regional PB-29: Maria Aurinete Alves de Oliveira

Regional PR-30: Anibal Rumiatto

Regional PR-31: Antônio Ribas Maciel Jr.

Regional PR-32: Moacir Finardi

Regional PR-33: Carlos Ferreira Kravicz

Regional PE-34: Carolina Maria de Godoy Matos

Regional PE-35: José Alexandre da Silva

Regional PI-36: Francisco Carvalho Matos

Regional RJ-37: Antônio Roberto Vieira

Regional RJ-38: Maurício Gomes de Souza

Regional RJ-39: Carlos Fernando S. Oliveira

Regional RJ-40: Mário Magalhães de Sousa

Regional RJ-41: Agenor da Rocha e Silva Neto

Regional RJ-42: Eduardo Leite Guimarães

Regional RN-43: Damiano Casado de Resende

Regional RS-44: Antônio Cladir Tremarin

Regional RS-45: Valmir Canabarro

Regional RS-46: Edmundo Velho Brandão

Regional RS-47: Paulo Bastos Noronha

Regional RS-48: Maria Avani Cervo

Regional RS-49: Hermes Antônio M. Saldanha

Regional RO-50: Marco Antônio Anders de Almeida

Regional RR-51: José Antônio Ribas

Regional SC-52: Carlos Francisco Pamplona

Regional SC-53: Aurélio José Biazotto

Regional SC-54: Alisone Gomes de Oliveira Filho

Regional SP-55: Maria Cecília Censoni

Regional SP-56: Nilton Cifuentes Romão

Regional SP-57: Waldenor Moreira Borges Filho

Regional SP-58: Reginaldo Fonseca da Costa

Regional SP-59: Adilson Antonio Meneguella

Regional SP-60: Honório Almirão Filho

Regional SP-61: José Roberto Leme

Regional SP-62: José Antonio Galvão Rosa

Regional SP-63: Jaime Bortoloti

Regional SP-64: Juvenal Ferreira Antunes

Regional SE-65: Almir Souza Vieira

Regional TO-66: Crispim Batista Filho

Este espaço destina-se à opinião dos leitores. Por questão de espaço e estilo, as cartas podem ser editadas e serão publicadas apenas as selecionadas. Envie comentários, sugestões e reclamações para [vicom@anabb.org.br](mailto:vicom@anabb.org.br) ou para SHC SUL CR Quadra 507, Bl. A, Lj. 15 – CEP: 70351-510 – Brasília/DF.



A Gráfica e Editora Positiva é licenciada pelo IBRAM - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF - sob o nº 072/2010. Todo o papel utilizado na impressão do Jornal Ação é oriundo de reflorestamento ecologicamente correto.

ANABB: SHC SUL CR Quadra 507, Bl. A, Lj. 15 – Asa Sul – Brasília/DF – CEP: 70351-510 | Atendimento: 0800 727 9669

Site: [www.anabb.org.br](http://www.anabb.org.br) | E-mail: [vicom@anabb.org.br](mailto:vicom@anabb.org.br) | Coordenação: Fabiana Castro | Redação: Tatiane Lopes,

Godofredo Couto, Josiane Borges e Elder Ferreira | Colaboração: Elizabeth Pereira e Lúcia Silveira

Assinantes: Luiz Sérgio Mendonça | Edição: Ana Cristina Padilha | Revisão: Oda Taboza

Editoração: Zipo Comunicação | Tiragem: 100.500 mil | Banco de Imagem: Shutterstock | Impressão e CTP: Gráfica Positiva

Os textos assinados são de responsabilidade dos seus autores, não refletindo necessariamente a opinião da ANABB.





Foto: DUO Fotografia



# GOVERNANÇA CORPORATIVA NA PRÁTICA

Reinaldo Fujimoto  
Presidente

Desde que assumi cargos diretivos, tenho observado que um tema, em especial, pode influenciar para o bem ou para o mal o dia a dia de uma empresa ou entidade. Esse tema é governança corporativa. Com certeza, muitos já ouviram essa expressão por aí, uma vez que ela vem ganhando cada vez mais importância no mercado. Na teoria, o conceito pode ser um pouco abstrato e difícil de ser alcançado. Porém, na prática, é fácil entender quando a falta de governança começa a produzir resultados negativos.

A expressão “governança corporativa” foi criada no início da década de 1990 nos países desenvolvidos, mais especificamente na Inglaterra, para definir as regras que regem o relacionamento em uma companhia. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) o definiu como um “sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os acionistas e os cotistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente, conselho fiscal e todos os públicos de interesse. As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para sua perenidade”.

Em essência, a governança garante a confiança e a credibilidade que toda empresa deve ter com seu público. Diante de um cenário econômico tão adverso que vivemos e dos inúmeros interesses que vigoram no ambiente empresarial, tornou-se impossível administrar sem governança. Isso porque o conceito carrega características fundamentais, tais como participação, estado de direito, transparência, responsabilidade, orientação por consenso, igualdade e inclusividade, efetividade e eficiência, e prestação de conta.

Como conselheiro fiscal, já vivenciei situação prejudicial a uma empresa em função de atropelo desses princípios. A situação institucional ficou comprometida, tendo em vista as ações de um grupo gestor. A decisão de implementar uma governança profissional possibilitou mudanças de cunho estrutural que foram determinantes para que a empresa superasse as dificuldades e entrasse no rumo positivo.

A boa governança contribui para um desenvolvi-

mento econômico sustentável e proporciona melhorias no desempenho das empresas. Também evita fracassos empresariais decorrentes de abusos de poder, erros estratégicos e fraudes. Poderia citar vários exemplos positivos de empresas que crescem por meio da governança. Vou lembrar apenas de uma, a Previ, que é reconhecida por especialistas como um caso de sucesso na implantação da governança.

Como está estruturada a governança da ANABB? Institucionalmente, temos um Conselho Deliberativo, eleito pelos associados para tomar decisões estratégicas pensando no corpo social; um Conselho Fiscal, que realiza sua atividade de fiscalização; uma Diretoria Executiva, responsável efetivamente pela gestão da Entidade; e as Diretorias Regionais, que são órgãos de assessoramento da ANABB junto aos associados em suas respectivas regiões geográficas.

Cada nível da governança formal da ANABB tem suas atribuições e competências bem definidas, cabendo a cada um, em suas alçadas, atuar em favor dos verdadeiros e únicos donos da Entidade, que são os associados.

Compete, portanto, aos membros dos diversos poderes da ANABB agir em conformidade com a legislação vigente e com os normativos (Estatuto, Regimento Interno, Código de Ética e demais regulamentos que, por extensão, compõem as normas estatutárias). Devemos, todos, internalizar os princípios e os valores da governança, entender os limites que circunscrevem a atuação de cada um dos poderes e trabalhar de forma harmônica para que os resultados sejam, sempre, benéficos aos associados.

Embora a ANABB tenha uma vocação política em sua atuação, com todos os seus dirigentes eleitos, não se pode perder de vista que a Entidade é a maior associação de uma única classe trabalhadora da América Latina e, por isso, tem de ser gerida com regras claras, respeito mútuo e transparência. É com base nesse modelo de gestão que a Diretoria renova seu compromisso de atuação com os mais de 93 mil associados da ANABB. ■



# FUNDOS DE PENSÃO

**Os fundos de pensão estiveram em debate em duas importantes ocasiões no Congresso Nacional. A CPI dos Fundos de Pensão – focada em investimentos realizados pelos quatro maiores fundos do país, inclusive a Previ – e a aprovação do projeto de lei, no Senado, que muda regras para escolha de gestores dos fundos. Aprofunde-se sobre o assunto**

O mês de abril de 2016 vai entrar para a história do Brasil e dos fundos de pensão. Enquanto os brasileiros assistiam aos debates na Câmara dos Deputados sobre a possibilidade de abertura de processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff, em 6 de abril, o Plenário do Senado aprovou projeto de lei que pode mudar as regras para escolha de gestores dos fundos de pensão das empresas estatais e de outros órgãos públicos. Já em 14 de abril, foi aprovado o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Fundos de Pensão.

## **CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO**

O relatório final da CPI dos Fundos de Pensão foi aprovado em 14 de abril, por unanimidade, pelos 32 deputados presentes na reunião. A comissão focou as investigações nos investimentos realizados pelos quatro maiores fundos de pensão do país – Previ, Petros, Postalis e Funcef –, entre 2003 e 2015, e apresentou ainda o conteúdo das investigações de 15 casos específicos considerados suspeitos pela CPI.

O relatório não cita nenhum dirigente, ex-dirigente ou qualquer outra pessoa relacionada à Previ, como suspeito em investigação. Porém, o relator incluiu como anexo ao relatório o texto de um voto em separado, apresentado pelo deputado Marcus Pestana (PSDB/MG), que pede o indiciamento de todos os presidentes dos fundos de pensão investigados. Mesmo que essa não seja a decisão da CPI, a solicitação será avaliada pelo Ministério Público Federal (MPF), que dará a decisão final sobre os indiciamentos. A Previ foi o fundo de pensão menos citado no relatório. Das 49 citações relacionadas à Caixa de Previdência a maioria teve relação com o investimento na empresa Sete Brasil, único caso em que a Previ está sendo investigada diretamente. Contudo, o relatório registra que, em função da boa governança na Previ,

não foi aprovado o aumento das aplicações no Fundo de Investimento em Participações (FIP) Sondas, o que evitou um prejuízo de R\$ 150 milhões a mais. O FIP Sondas detinha 95% dos investimentos na empresa Sete Brasil, sendo o maior controlador da empresa.

Outro ponto positivo sobre a atuação da Previ foi a consulta a agências internacionais de *rating* para avaliar os investimentos em ações de renda variável, realidade não encontrada nos demais fundos de pensão investigados.

Houve uma citação indireta à Previ em outro caso investigado, relacionada à contratação do consórcio OAS/ Invepar para construção do novo terminal do aeroporto de Guarulhos (SP). Nesse caso, a principal investigada é a Funcef, e a Previ foi citada por ter feito investimentos que ainda estão em processo de maturação.

Com relação aos prejuízos da Previ, o relatório da CPI avalia que a Caixa de Previdência perdeu cerca de R\$ 144 milhões com os investimentos na Sete Brasil, fato reconhecido pela Diretoria da entidade no relatório divulgado sobre os resultados de 2015. No documento, consta que foram investidos R\$ 180 milhões referentes à compra de uma sonda e que esse valor já foi contabilizado como prejuízo por conta de um possível pedido de falência da empresa.

Mesmo sendo contabilizado como prejuízo, o valor é bem baixo, se comparado à Reserva Matemática do Plano 1 da Previ, de R\$ 135 bilhões em 2015, representando cerca de 0,13% dos ativos totais, o que não irá prejudicar o pagamento de benefícios futuros aos aposentados.

## **ENCAMINHAMENTOS DO RELATÓRIO DA CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO**

O relatório final da CPI dos Fundos de Pensão será encaminhado aos órgãos de controle competentes para apuração de eventuais responsabilidades das

# NA BERLINDA

pessoas citadas como suspeitas de atuação indevida. Também é possível que haja expansão das investigações sobre outros investimentos realizados pelos fundos de pensão.

O caso da Sete Brasil será encaminhado para análise da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público Federal.

O relator sugeriu ainda a aprovação de projetos de lei que disponham sobre o ordenamento jurídico e a governança das entidades de previdência complementar, com a possibilidade de os fundos de pensão serem obrigados a: criação de Comitês de Investimentos; consulta a agências classificatórias de *rating* de risco para definir investimentos; definição de mandato de quatro anos para dirigentes da Previc; compartilhamento de informações entre a Previc, a CVM, a Receita Federal, o Banco Central e o Ministério Público; e maior rigor no regime disciplinar que define responsabilidades administrativas aos dirigentes dos fundos de pensão.

## MUDANÇAS DE REGRAS

Enquanto a CPI dos Fundos de Pensão ainda estava em andamento, paralelamente, no Senado Federal, foi aprovado, em 6 de abril, o substitutivo do senador Aécio Neves (PSDB/MG) ao PLS nº 388/2015, de autoria do senador Paulo Bauer (PSDB/SC), que determina que os integrantes das Diretorias Executivas dos fundos de pensão não mais poderão ser escolhidos por eleição entre os participantes. O projeto aprovado prevê que todos os diretores executivos sejam escolhidos em processo seletivo público conduzido por empresas especializadas. Essa exigência também é estendida aos conselheiros independentes indicados tanto ao Conselho Deliberativo quanto ao Fiscal.

Segundo os senadores Paulo Bauer e Aécio Neves, essa determinação legal dificultará a influência dos partidos políticos na indicação de gestores e conselheiros para os fundos de pensão. Assim, com escolhas feitas com mecanismo claro de profissionalização pelo mercado, os dirigentes de fundos de pensão terão delegação clara de atribuições e transparência nas relações entre eles, os participantes e a sociedade. Dessa forma, o projeto poderá garantir a prevenção contra o exercício abusivo das funções de administração dos fundos que possam trazer danos à entidade, a seus



participantes/assistidos e à patrocinadora.

Também foram previstos requisitos para quem assumir o cargo de conselheiro deliberativo ou fiscal de fundo de pensão, tais como: não ter exercido atividades político-partidárias nos dois anos anteriores à nomeação ou ter sido titular de cargo em comissão de direção e assessoramento superior na administração pública direta do governo controlador do patrocinador. Além disso, o projeto prevê a exigência de que aquele que exercer a função de conselheiro deliberativo ou fiscal em fundo de pensão não poderá assumir atividade político-partidária até um ano após a data de desvinculação do cargo.

Para os futuros integrantes da Diretoria Executiva dos fundos, será exigida formação de nível superior em, pelo menos, uma das áreas de especialização requeridas pelo cargo e não ter condenação em segunda instância pelos crimes especificados na Lei da Ficha Limpa.

## PRINCIPAIS PROPOSTAS DO PROJETO DE LEI:

- A escolha dos integrantes da Diretoria Executiva deverá acontecer mediante processo seletivo público organizado por empresa especializada de mercado.
- Os mecanismos de fiscalização e punição dos gestores deverão ser mais rígidos.



- Os Conselhos Deliberativo e Fiscal serão compostos por seis membros, sendo: dois indicados pela patrocinadora estatal; dois eleitos pelos participantes e assistidos do fundo de pensão; e outros dois conselheiros independentes, que deverão ser escolhidos em processo seletivo público, conduzido por empresas especializadas de mercado.
- Formação acadêmica na área de competência do fundo de pensão. Os membros independentes não poderão presidir os conselhos.
- Os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal não poderão ter exercido atividade político-partidária nos últimos dois anos anteriores à nomeação e até 12 meses após deixar o cargo.
- Os mandatos dos conselheiros deliberativo e fiscal dos fundos terão quatro anos de duração. No caso de conselheiro fiscal, é vedada a reeleição; no de conselheiro deliberativo, seria possível haver reeleição uma única vez.

Segundo o projeto de lei aprovado no Senado, os relatórios anuais deverão ser disponibilizados de forma ampla e acessível a todos os participantes e deverão ser enviados à Previc, que encaminhará a prestação de contas para análise do Tribunal de Contas da União.

## **POSICIONAMENTO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA ANABB**

O projeto de lei do senador Paulo Bauer, com o substitutivo do senador Aécio Neves, foi aprovado no Senado Federal no momento em que o povo brasileiro foi chamado a acompanhar e debater o possível processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff. Esta Diretoria entende que esse processo poderia ter sido deliberado em um momento mais oportuno, no qual os participantes e os assistidos pudessem ter tido mais acesso às informações sobre a tramitação. Vale ressaltar, contudo, que a ANABB e outras associações interessadas no tema se fizeram presentes durante os debates.

A Diretoria Executiva da ANABB entende que é correta a preocupação com a qualidade dos investimentos feitos pelos fundos de pensão, uma vez que são investimentos realizados com recursos dos trabalhadores e que visam à garantia de renda pós-laboral para os beneficiários desses fundos. Sabemos também que muitos desses investimentos são de longuíssimo prazo, dado que os contratos previdenciários têm duração de aportes e maturação de, em média, 30 anos antes que o beneficiário final comece a receber o benefício.

Dessa forma, esses investimentos estão sujeitos a passar por ciclos econômicos de grandes dificuldades, bem como de grandes benesses, impondo que, em vez de observar apenas o momento, possamos ter capacidade de ver esses investimentos ao longo do tempo.

É verdade que alguns fundos de pensão fizeram investimentos que não deram o retorno desejado ou que geraram prejuízos. Entretanto, é sabido que em todo investimento há riscos inerentes às operações, entre eles o da conjuntura econômica, que é hoje a principal responsável pelos *déficits* apresentados pelos fundos de pensão, bem como por alguns dos prejuízos causados aos investidores privados de mercado. Isso demonstra que, mesmo com toda análise de riscos disponíveis no mercado, todos estão sujeitos a erros de avaliação.

A Diretoria Executiva da ANABB acredita que apostar na melhoria da governança das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), no aperfeiçoamento de mecanismos de análise de risco, em políticas de investimentos baseadas em riscos e objetivos claros e que buscar melhoria dos mecanismos de escolha de profissionais são ações necessárias para o fortalecimento dessas entidades e consolidação do sistema de previdência complementar. Diante disso, cabe salientar que a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) é, no sistema de previdência complementar, um paradigma de governança e gestão dos recursos dos trabalhadores, sendo um modelo a ser seguido pelas demais entidades do setor. Essa posição da Previ foi alcançada pelo trabalho de profissionais de alta qualidade que realizam as atividades diárias do fundo, mas principalmente também pelo seu modelo de gestão e governança paritária entre patrocinador e participantes tanto nos Conselhos Deliberativo e Fiscal quanto na Diretoria Executiva.

Diante do exposto, na visão da Diretoria, a inclusão de conselheiros “independentes” nos Conselhos Deliberativo e Fiscal retira representatividade dos participantes e assistidos, bem como do patrocinador, que são os dois principais interessados na manutenção saudável de uma entidade sem fins lucrativos. Essa perda de representatividade se dá pelo fato de antes esses interessados possuírem metade dos assentos nos conselhos e agora contarem com apenas um terço das cadeiras. Dessa forma, a Diretoria se posiciona a favor da manutenção da representatividade dos participantes e assistidos na gestão dos fundos de pensão e frontalmente contra essa alteração. ■■



# 0800 DA ANABB COMPLETARÁ UM ANO

Foi em 1º de julho de 2015 que entrou no ar um novo canal de atendimento da ANABB, o 0800. Com o serviço, o associado ganhou de duas formas: além de ter um canal que facilitou ainda mais seu acesso à ANABB, a ligação é gratuita, sem necessidade de uso de DDD.

O serviço concentrou em um só canal todo o atendimento prévio ao corpo social. Em quase um ano de existência, o 0800 da Associação já atendeu milhares de pessoas que buscam informações e/ou esclarecimentos a respeito de serviços prestados pela entidade. As ações judiciais e os seguros da Associação são os serviços mais demandados. Além disso, são atendidas no 0800 as demandas relacionadas ao OdontoANABB e aos Convênios.

Nos nove primeiros meses de implantação, a ANABB recebeu quase 40 mil ligações do corpo social, com tempo médio de 10 minutos cada uma, sobre as mais diversas questões. Confira os números até março de 2016:

PERÍODO	CHAMADAS RECEBIDAS
Jul./2015	4.899
Ago./2015	3.644
Set./2015	4.378
Out./2015	4.157
Nov./2015	3.923
Dez./2015	3.071
Jan./2016	3.496
Fev./2016	3.557
Mar./2016	8.437
<b>TOTAL</b>	<b>39.562</b>

O 0800 fortaleceu ainda mais a Central de Atendimento da ANABB, que é o canal de contato mais procurado pelos associados. Setores e equipamentos da ANABB passaram por adequação para garantir segurança e proteção à nova central de atendimento telefônico.

Vale lembrar que as ligações para os números de telefone da Presidência e das Vice-Presidências Administrativa e Financeira, de Comunicação, de Relações Funcionais e Institucionais continuaram os mesmos. O 0800 só recebe ligações oriundas de telefones fixos ou públicos. ■

**Central de Atendimento da ANABB**  
**0800 727 9669**

**Atendimento de segunda a sexta, das 7h às 19h**





### NOVO MANUAL DA OUVIDORIA ESTÁ DISPONÍVEL

A nova edição do *Manual da Ouvidoria*, segunda versão de 2016, já está disponível para consulta e *download*. A publicação é um guia para auxiliar o associado no uso desse serviço, voltado para a busca da excelência no relacionamento e a melhoria contínua dos serviços prestados pela Associação. O novo manual apresenta o contexto e as características da Ouvidoria, como histórico, definição, valores, benefícios, formas de manifestação, entre outras informações importantes sobre o serviço. A publicação está disponível no “Autoatendimento”, localizado no site da ANABB ([www.anabb.org.br](http://www.anabb.org.br)), na aba “Ouvidoria”.

### PREVI FAZ 112 ANOS

A Previ comemorou 112 anos em 16 de abril. A entidade é um patrimônio dos funcionários do Banco do Brasil e uma instituição sólida, além de ser referência em planos de previdência complementar. A ANABB tem a satisfação de comemorar com os associados essa importante data. Foi exatamente em 16 de abril de 1904 que um grupo de funcionários criou um fundo de pensão para garantir segurança e tranquilidade no futuro. Na época, os 52 associados criaram a chamada *Caixa Montepio dos Funcionários do Banco da República do Brasil*. Em seu centenário, comemorado em 2004, a Previ já era o mais importante fundo de pensão do país e o maior da América Latina. Um orgulho para todos os seus participantes.

### FIQUE ATENTO À AUTORIZAÇÃO DE DÉBITOS EM CONTA VIA SMS

O Banco do Brasil tem enviado mensagens via SMS para que os associados confirmem pelo celular os débitos referentes às mensalidades da ANABB e da OdontoANABB. No entanto, vários associados relataram que, embora tenham confirmado a autorização pelo telefone, ela continuou pendente no sistema e a ANABB não consegue realizar o débito das mensalidades. Questionado sobre o problema, o Banco do Brasil disse que se trata de problema a ser informado pela pessoa física. Diante dessa situação, pedimos que, mesmo tendo autorizado o débito via SMS, os associados verifiquem se a autorização foi realizada em sua conta. Caso esteja pendente, a autorização pode ser feita pelo Internet Banking (opção: Pagamentos > Autorização de Débito > Confirmação de Autorização), pelos Terminais de Atendimento (opção: Pagamentos/Transferência > Débito Automático > Autorização de Débito > Confirmação de Cadastramento) ou pela Central de Atendimento do Banco do Brasil (telefones do BB: 4004 0001 e 0800 729 0001). Para esclarecimentos adicionais, o associado pode ligar para o setor de mensalidades da ANABB (61 3442 9684/9691/9692).







## RELATÓRIO ANUAL 2015 EM FORMATO DIGITAL

O *Relatório Anual 2015* da Cassi está disponível em formato digital e pode ser acessado no site da Cassi ([www.cassi.com.br](http://www.cassi.com.br)), por meio de computadores ou *smartphones* com uso de aplicativo gratuito. Por decisão do Conselho Deliberativo da Caixa de Assistência, neste ano, o documento não será impresso. O associado pode usar o *hotsite* do relatório para acessar capítulo por capítulo ou ver o documento completo em PDF. Confira mais informações sobre o relatório:

- Para acessá-lo pelo celular, digite “Jornal CASSI”, na busca da Banca Apple ou no Google/Play Store, e baixe o documento gratuitamente;
- Se quiser ajuda para localizar o *Relatório Anual 2015*, ligue para (61) 3212 5035, de segunda a sexta, de 9h a 18h; e
- O *Relatório Anual 2015* foi submetido à votação entre 27 de abril e 6 de maio de 2016.

## ORIENTAÇÃO JURÍDICA RESPONDE A 99% DAS DEMANDAS DOS ASSOCIADOS

O serviço de Orientação Jurídica da ANABB registrou índice de 99% das demandas feitas pelos associados de todo o Brasil concluídas com sucesso. A associada Edith Silvia de Almeida Santos, de Pará de Minas (MG), considera que as orientações são inteligíveis, o retorno é rápido e a equipe realiza o atendimento com prazer e carinho. “Obrigada. Que perdure entre nós este precioso canal, o qual já utilizei várias vezes”, disse a mineira. Vale lembrar que a Orientação Jurídica da ANABB presta consultoria aos associados em questões particulares do dia a dia, como direito de família, aposentadoria, direito do consumidor, pensão alimentícia, ação referente a danos morais, entre outras. Também trata de temas relacionados a desaposentação, INSS, Previ e Cassi. Especializados em diferentes áreas do Direito, os advogados atendem de forma rápida e sigilosa. Para falar com os advogados do serviço de Orientação Jurídica, o associado pode ligar gratuitamente para 0800 023 1542. Se preferir, pode entrar em contato pelo telefone (21) 3883 5650 ou enviar *e-mail* para [anabb@hugojerke.com.br](mailto:anabb@hugojerke.com.br). O atendimento telefônico é feito de segunda a sexta, das 14h às 18h. Dúvidas que envolvam ações judiciais impetradas pela ANABB devem ser sanadas junto à Central de Atendimento da ANABB (0800 727 9669).

## ANABB ACOMPANHA APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DA PREVI

Entre os temas abordados nas reuniões de apresentação de resultados da Previ, entre o presidente da Previ, Gueitiro Genso, representantes de entidades, inclusive da ANABB, e participantes da ativa e aposentados, mereceram destaque, além do *déficit* registrado no ano passado, suas causas e as perspectivas de equacionamento, o teto de benefício e o pagamento de PLR para a Diretoria. A ANABB esteve presente no evento de Brasília (em 30 de março), representada pelos vice-presidentes Haroldo Vieira e João Botelho e pelo assessor Guilherme Haeser. Na oportunidade, o vice-presidente João Botelho questionou a Diretoria da Previ quanto ao plano de ação para o equacionamento do *déficit* de 2015. O presidente da Previ, Gueitiro Genso, informou que este plano deverá ser apresentado até o fim do presente exercício, depois de verificados os resultados ao longo de 2016. Segundo Gueitiro, a Previ tem um teto de contribuição, mas não há exigência legal quanto à existência de um teto de benefício. Hoje há um consenso na Diretoria de que deve existir um teto, mas há divergência entre os diretores indicados pelo BB e os eleitos pelos funcionários sobre quanto seria esse teto: os funcionários defendem que seja o nível NFR1 (R\$ 40.900,00); os diretores indicados pelo BB defendem que seja de R\$ 49.000,00. A Diretoria encaminhou o assunto para o Conselho Deliberativo e este solicitou um parecer jurídico externo sobre o tema, que deve ficar pronto ainda neste semestre. Somente então o Conselho Deliberativo tomará a decisão. Gueitiro tem salientado também a importância do corpo funcional da Previ ser composto por funcionários do BB, bem como a exigência de que os dirigentes da Caixa de Previdência tenham, no mínimo, dez anos de carreira no BB. Segundo ele, o Conselho Deliberativo da Previ aprovou, recentemente, a desvinculação dos salários dos dirigentes da Previ em relação aos dos dirigentes do BB.









## POR UM SORRISO AINDA MAIS BONITO

Quem disse que é preciso um investimento muito alto para ter um sorriso ainda mais bonito? Com a ANABB, é possível melhorar o visual ou aprimorar aqueles dentes que precisam de reparação. O OdontoANABB é um completo plano odontológico para os associados e seus parentes, e os preços são os menores praticados no mercado. Com este plano, você e sua família terão acesso à tecnologia e ao talento da OdontoPrev, empresa líder em assistência odontológica no Brasil, dedicada exclusivamente à sua saúde bucal, com 100% de controle nos tratamentos realizados. O associado conta com mais de 25 mil credenciados em todo o país, em diversos tipos de planos, coberturas e especialidades, com possibilidade de usar os serviços por livre escolha, no plano First. A cobertura dos planos, disponível para consulta, pode ser utilizada conforme a necessidade. Para saber mais, ligue para 0800 727 9669.

## SINTA-SE SEGURO COM A ANABB

Os seguros oferecidos pela ANABB têm demonstrado que os associados e seus familiares podem viver com tranquilidade, conforto e segurança. Mais de 24 mil associados são também segurados, representados pela ANABB. Isso porque, devido ao número de associados que possui, a ANABB pode contratar seguros de vida por valores abaixo dos praticados no mercado. Desde julho de 2015, em parceria com a corretora Aon Hewitt e com a seguradora BB Mapfre, a Associação reúne o que há de melhor em qualidade para você, procurando garantir seu bem-estar e o de sua família. A Associação oferece três modalidades de seguros de vida: Seguro Decesso Automático, que é coletivo e oferecido gratuitamente para todos os associados; Seguro ANABB Complementar, que é adicional, oferecido aos associados com até 55 anos que desejam obter maior capital segurado; e Seguro ANABB Complementar Master, que também é adicional e oferecido para os associados com idade entre 56 e 80 anos que optam por maior capital segurado. Para conhecer mais detalhes sobre os tipos de seguros oferecidos pela Associação, acesse o site [www.anabb.org.br](http://www.anabb.org.br), no link "Seguros ANABB". Você também pode ligar para 0800 727 9669 e tirar dúvidas, obter informações e saber o valor do capital segurado, de segunda a sexta, de 9h a 19h.



## CLIENTES AGORA PODEM ABRIR E FECHAR CONTAS PELA INTERNET

Os clientes bancários agora podem abrir ou fechar contas bancárias, como conta-corrente e poupança, usando a internet. O Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentou, em reunião realizada em 22 de abril, as regras para abertura e fechamento de contas de depósitos por meios eletrônicos. Segundo o Banco Central do Brasil (Bacen), os bancos terão de adotar procedimentos e controles que permitam confirmar a autenticidade dos documentos eletrônicos e podem usar tecnologias, como contato por vídeo, reconhecimento de voz e assinaturas com certificação eletrônica. As regras já estão valendo. "O objetivo é permitir que haja facilidade maior para abertura e encerramento de contas e que seja incorporada nesse processo toda a inovação tecnológica", disse a chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Bacen, Silvia Marques. As mesmas regras das contas convencionais são válidas para as abertas por meio eletrônico, como as relativas a situação cadastral, tarifa e a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.







# ANABB NAS ELEIÇÕES DA PREVI 2016

Governança, investimentos, teto para estatutário, Benefício Especial Temporário (BET), *déficit* e *superávit* fazem parte da enorme lista de temas que envolvem os fundos de pensão, em especial a Previ. Por isso, podemos dizer que o processo eleitoral em curso na Caixa de Previdência acontece em um momento importante para os participantes. Chegou a hora de ouvir e entender como os candidatos pretendem tratar assuntos tão relevantes para a vida dos associados.

Pensando nisso, a Diretoria Executiva da ANABB produziu o jornal *Ação Especial Eleições Previ* como forma de auxiliar os associados na escolha dos futuros representantes. O objetivo é contribuir para que o processo eleitoral da Caixa de Previdência seja democrático, transparente e equitativo.

No jornal *Ação Especial Eleições Previ*, por determinação expressa do Conselho Deliberativo da ANABB – por 13 votos a 6 –, em reunião de 5 de março de 2016, foram autorizadas apenas duas páginas para que cada uma das cinco chapas concorrentes possa apresentar seus candidatos. O envio dos minicurrículos dos candidatos seguiu regras e o conteúdo apresentado é de responsabilidade de cada chapa. Além disso, é possível conferir o passo a passo da votação, que acontece de 13 a 27 de maio. O resultado dessas eleições será divulgado em 27 de maio.

Para ampliar ainda mais o debate, foram feitas

duas perguntas para o candidato a diretor de Seguridade de cada chapa, que estão reproduzidas nas páginas seguintes deste jornal. Os questionamentos tratam sobre gestão nos fundos de pensão e pagamento do BET para o público pré-67, ambos temas atuais que ajudam a esclarecer dúvidas sobre o futuro dos planos da Previ. As perguntas foram feitas aos seguintes candidatos a diretor de Seguridade:

- Chapa 1 – HORA DA MUDANÇA NA PREVI:  
Amir Gonçalves dos Santos
- Chapa 2 – PREVI PLURAL E INDEPENDENTE:  
William Bento
- Chapa 3 – PREVI COMPROMISSO COM ASSOCIADOS:  
Marcel Juviniانو Barros
- Chapa 4 – AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA:  
Sergio Ricardo Freitas de Souza
- Chapa 5 – SEMENTE DA UNIÃO NA PREVI:  
Sergio Faraco

Com todo o conteúdo apresentado, a Diretoria Executiva da ANABB entende que está propiciando ao eleitorado condição ímpar de ter esclarecimentos sobre o posicionamento das chapas, além de permitir conhecer o nível de preparo dos candidatos e a sintonia entre o pensamento deles e o dos eleitores.

O compromisso da Diretoria Executiva é realizar uma gestão voltada para os mais legítimos interesses dos associados, que são os verdadeiros donos da ANABB.



# CHAPA 1

## HORA DA MUDANÇA NA PREVI

AMIR GONÇALVES DOS SANTOS – CANDIDATO A DIRETOR DE SEGURIDADE

**JORNAL AÇÃO:** *Tramita no Congresso Nacional projeto que prevê a profissionalização na gestão dos fundos de pensão. Qual sua opinião sobre o assunto?*

**AMIR GONÇALVES DOS SANTOS:** O PLS nº 388/2015 altera a composição dos poderes nos fundos de pensão das estatais. A forma como foi aprovado no Senado prevê que os cargos de Diretoria sejam escolhidos por meio de seleção externa por empresa especializada, acabando com a eleição e a indicação do BB. O projeto também prevê a contratação de conselheiros independentes tanto no Deliberativo quanto no Fiscal. Nós da Chapa 1 – Hora da Mudança na Previ entendemos que o projeto pode ter sido originado com o propósito de evitar influências, mandos e desmandos governistas cujos interesses muitas vezes são divergentes dos interesses dos verdadeiros donos dos recursos, que são os participantes. Porém, ao avaliarmos os riscos que corremos no futuro, não nos resta outra opção senão a de nos colocarmos contra o PLS pelas seguintes razões:

- Não existe blindagem perfeita – Os interesses governistas e partidários estão entranhados em todas as esferas públicas e privadas.
- O legislador até poderia ampliar os critérios mínimos de qualificação para o exercício dos cargos, mas jamais tirar do participante o direito de escolha de quem vai gerir os recursos depositados na entidade.
- Tais “inovações”, nesse momento, têm cheiro de que estão querendo dar uma falsa e precipitada resposta aos participantes que foram prejudicados pela má gestão e pelos abusos ocorridos em vários fundos de pensão de estatais.
- Tal medida afastaria ainda mais o participante do acompanhamento e a fiscalização das ações de seus representantes naquelas instituições.
- Em nosso caso, somos funcionários da indústria financeira, que guarda completa relação com a atividade de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, qual seja administrar recursos financeiros. Temos profissionais altamente

competentes para gerir nosso próprio fundo.

- Precisamos avançar sem abrir mão de conquistas ou direitos. Excluir o participante do processo de escolha é um risco muito grande para o futuro da entidade.
- Há espaço para avanço, mas o projeto, como está, representa grande retrocesso para a gestão dos fundos.

**JORNAL AÇÃO:** *Sabe-se que a Previ pagou o BET para o público pré-67, o que seria de responsabilidade do BB, em valores que superam os R\$ 3,5 bilhões. Como será sua atuação para reaver esses valores?*

**AMIR GONÇALVES DOS SANTOS:** Primeiramente, é preciso deixar claro que a Chapa 1 – Hora da Mudança na Previ é contra o fato de o Banco do Brasil ter sido beneficiado pela distribuição do *superávit* em 2010. Vamos lutar pela devolução total dos valores entregues ao BB. Também não resta dúvida quanto à responsabilidade do Banco do Brasil pelo pagamento do BET ao público pré-67. Não precisamos aprofundar tecnicamente a questão, pois o Acordo aprovado em 1997 estabelece, de forma clara, a responsabilidade do BB. O BB foi duplamente beneficiado com o consentimento da Previ em aceitar que os valores pagos ao grupo pré-67 fossem debitados na parte dos participantes, quando deveriam ter sido retirados da quantia destinada ao patrocinador. É importante saber que, da forma como está a relação de poder na Previ, o patrocinador não tem nenhuma dificuldade para garantir a aprovação de todas as vantagens que ele entende ser de seu direito. A verdade é que não existe contraponto nos claros conflitos de interesses entre participantes e patrocinador. É preciso competência, firmeza e independência para buscar, de forma contundente, a recuperação das perdas que nós tivemos nos últimos anos. A Chapa 1 – Hora da Mudança na Previ possui as características necessárias para esse enfrentamento, seja na Diretoria da Previ, no Conselho Deliberativo da Previ, na Previc, seja onde for necessário.

### COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS

**CONSELHO DELIBERATIVO TITULAR:** Manoel Pereira de Lima Júnior / **SUPLENTE:** Osmar Antonio Chagas Fernandes

**CONSELHO DELIBERATIVO TITULAR:** Marcos Antonio Rampazo Morales / **SUPLENTE:** Jesus Nonoi da Silveira Cezar

**CONSELHO FISCAL TITULAR:** Clemiton Alcantara de Araújo / **SUPLENTE:** Nayra de Cassia Lacerda

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1 TITULAR:** Martha Helena Braga

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1 SUPLENTE:** Lília Maria Freire Barbosa

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO TITULAR:** Marcio Fumero Fulanetti Hernandez

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO SUPLENTE:** Eduardo Salgado de Magalhães



## CHAPA 2

# PREVI PLURAL E INDEPENDENTE

**WILLIAM BENTO – CANDIDATO A DIRETOR DE SEGURIDADE**

**JORNAL AÇÃO:** *Tramita no Congresso Nacional projeto que prevê a profissionalização na gestão dos fundos de pensão. Qual sua opinião sobre o assunto?*

**WILLIAM BENTO:** A proposta aprovada é do senador Aécio Neves e visa reduzir a possibilidade de influência governamental ou partidária nos fundos de pensão, por meio do aparelhamento político das diretorias. Na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fundos de Pensão, foi identificada a existência de ditos “profissionais captados no mercado”, atuando como diretores e, mesmo assim, não se impediu a interferência em fundos como o Postalís, que apresentou enorme déficit e inclusive adquiriu títulos dos governos da Argentina e da Venezuela que viraram pó.

Nós confiamos na gestão paritária, defendemos o equilíbrio na gestão e o fim do voto de Minerva em todos os colegiados para se priorizar o consenso. Acreditamos que a presença de representantes eleitos diretamente pelos participantes é a melhor alternativa, pelo comprometimento advindo da escolha pelo voto e por se tratar também de um participante, que tem a perder, caso a gestão não seja bem-sucedida. Também defendemos o empoderamento dos participantes na gestão dos fundos, para que possam definir as condições que mais lhes convenham e lutar por elas.

**JORNAL AÇÃO:** *Sabe-se que a Previ pagou o BET para o público pré-67, o que seria de responsabilidade do BB, em valores que superam os R\$ 3,5 bilhões. Como*

*será sua atuação para reaver esses valores?*

**WILLIAM BENTO:** A responsabilidade quanto aos valores devidos aos pré-67 é integralmente do BB, conforme acordo de 1997, que nos custou R\$ 5,5 bilhões à época, pela utilização de metade do *superávit* então existente. Até a presente data, o BB não ressarciu os valores devidos, valendo-se da maioria que possui sistematicamente na Diretoria e no Conselho Deliberativo. Com nossa vitória, a PREVI será PLURAL e INDEPENDENTE, pois na Diretoria seremos três eleitos independentes, que lutarão incansável e destemidamente pelo ressarcimento dos valores devidos pelo BB, atualizados. Caso o Banco utilize o voto de Minerva, ele mostrará sua atuação arbitrária e seu descompromisso para com os participantes, pelo que não titubearemos em buscar as esferas judiciais e extrajudiciais para recuperar o que é nosso.

Com base na Resolução nº 26/2008 da Previc, por conta da distribuição de *superávit* que deveria ser exclusivamente dos participantes, o BB conta com créditos registrados na Previ. Entendemos que esses recursos devem ser devolvidos a participantes e assistidos, pois advêm da própria Previ, ao longo dos anos. Lutaremos para propor a reversão desta contabilidade, inclusive para forçar o ressarcimento dos valores relativos ao BET dos pré-67. Também queremos auditar e recuperar todo e qualquer valor que a Previ tenha pago, cuja origem seja demandas trabalhistas geradas pelo BB.

### COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS

**CONSELHO DELIBERATIVO TITULAR:** Humberto Fernandes de Oliveira

**CONSELHO DELIBERATIVO SUPLENTE:** Gilberto Antonio Vieira

**CONSELHO DELIBERATIVO TITULAR:** Graça Machado

**CONSELHO DELIBERATIVO SUPLENTE:** Lissane Pereira Holanda

**CONSELHO FISCAL TITULAR:** Luciano Silva Reis

**CONSELHO FISCAL SUPLENTE:** Diógenes Sebastião Rosy

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1 TITULAR:** José Rodrigues Pereira

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1 SUPLENTE:** Irmair de Castro Fonseca

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO TITULAR:** Vera Neves Mafra

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO SUPLENTE:** Adriana Lagares de Souza Cortes





# CHAPA 3

## PREVI COMPROMISSO COM ASSOCIADOS

MARCEL JUVINIANO BARROS – CANDIDATO A DIRETOR DE SEGURIDADE

**JORNAL AÇÃO:** *Tramita no Congresso Nacional projeto que prevê a profissionalização na gestão dos fundos de pensão. Qual sua opinião sobre o assunto?*

**MARCEL JUVINIANO BARROS:** É um retrocesso inaceitável. Em 1998, conquistamos o direito de eleger a metade dos diretores e dos conselheiros da Previ. A participação destes representantes blindava a Previ das interferências indevidas de governos, do patrocinador BB e de agentes inescrupulosos de mercado. É importante constatar que a própria Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fundos de Pensão, encerrada recentemente, atestou a boa gestão da Previ e a toma como exemplo para outros fundos. Nenhum dirigente da Previ foi indiciado. Mudar este modelo pode submeter nosso patrimônio a sérios riscos.

Entendemos que o termo “profissionalização” não é o mais adequado para classificar o PLS nº 388/2015, do senador Paulo Bauer (PSDB/SC). O projeto é um ataque aos avanços democráticos que conquistamos quando passamos a eleger a metade da Diretoria e dos Conselheiros Deliberativo, Fiscal e Consultivos.

O projeto, já aprovado no Senado, acaba com a eleição para a Diretoria, reduz um terço das vagas dos eleitos nos Conselhos Deliberativo e Fiscal e entrega estes cargos a conselheiros “independentes” contratados no mercado por empresas especializadas. Reduz o poder dos participantes de fiscalizar e acompanhar a gestão de seus recursos e o entrega para o mercado financeiro. Traz a raposa para tomar conta do galinheiro, fragilizando a gestão de nosso patrimônio.

Também não custa lembrar que as mudanças nos regulamentos de planos de benefícios e nos Estatutos da Previ são de competência do Conselho Deliberativo. O PLS define um novo conselho dividido em três partes: a primeira para o participante, a segunda para o patrocinador BB e a terceira para os conselheiros de mercado. Os conselheiros “independentes”, sem ligação com os associados, fragilizam nossa representação.

O novo modelo coloca em risco nossos direitos

em relação aos planos de benefícios. Os direitos dos associados estão definidos no regulamento do plano, que poderá ser alterado com muito mais facilidade, pois o Banco contará com um terço dos votos mais outro terço dos conselheiros independentes, que dificilmente vão contrariar os interesses dele.

Somos contra este projeto. Vamos lutar contra sua aprovação, junto com os funcionários e suas entidades representativas. A Previ é do associado, não é do mercado financeiro nem do Banco.

**JORNAL AÇÃO:** *Sabe-se que a Previ pagou o BET para o público pré-67, o que seria de responsabilidade do BB, em valores que superam os R\$ 3,5 bilhões. Como será sua atuação para reaver esses valores?*

**MARCEL JUVINIANO BARROS:** O Banco tem de pagar esta dívida à Previ. Marcel Barros, candidato da Chapa 3, já tem uma iniciativa em andamento.

O Banco comprometeu-se a pagar o BET do grupo pré-67 na mesa de negociações em 2010. Como não pagava, a Previ fez os pagamentos para não deixar os aposentados sem receber, pois o Banco não cumpria o prometido. Estes R\$ 3,5 bilhões já foram cobrados formalmente, mas o BB se nega a pagar, gerando o impasse.

Em fevereiro deste ano, Marcel Barros propôs e aprovou na Diretoria da Previ nova cobrança dos R\$ 3,5 bilhões quando for definida a cobertura do déficit acumulado em 2015. O Banco deve pagar a dívida com o grupo pré-67 e este dinheiro será usado para cobrir a parte dos associados no déficit. Caso o Banco continue intransigente e não faça o pagamento, convenceremos a Diretoria da Previ a ajuizar ação contra o BB, exigindo o cumprimento do que foi acordado. Se a Diretoria da Previ não fizer a cobrança, conforme obriga o Estatuto, vamos recorrer às entidades representativas dos associados para que elas entrem com ação de cobrança em nome de todos os funcionários do BB.

### COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS

**CONSELHO DELIBERATIVO TITULAR:** Wagner de Sousa Nascimento / **SUPLENTE:** Rafael Zanon Guerra de Araújo

**CONSELHO DELIBERATIVO TITULAR:** Carlos Alberto Guimarães de Sousa / **SUPLENTE:** Odali Dias Cardoso

**CONSELHO FISCAL TITULAR:** Rosalina do Socorro Ferreira Amorim / **SUPLENTE:** Fábio Santana Santos Ledo

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1 TITULAR:** José Ulisses de Oliveira

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1 SUPLENTE:** Rita de Cássia de Oliveira Mota

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO TITULAR:** Deborah Negrão de Campos

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO SUPLENTE:** Tânia Dalmau Leyva



## CHAPA 4

# AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA

SERGIO RICARDO FREITAS DE SOUZA – CANDIDATO A DIRETOR DE SEGURIDADE

**JORNAL AÇÃO:** *Tramita no Congresso Nacional projeto que prevê a profissionalização na gestão dos fundos de pensão. Qual sua opinião sobre o assunto?*

**SERGIO RICARDO FREITAS DE SOUZA:** O referido PLS nº 388/2015 foi aprovado pelo Senado em 6 de abril e altera a Lei Complementar nº 108/2001, que trata das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. As principais alterações aprovadas dizem respeito ao modelo de governança dos fundos, introduzindo-se o conselheiro independente nos Conselhos Deliberativo e Fiscal e o diretor executivo profissional, recrutados em processo seletivo público realizado por empresa especializada. O projeto busca também reduzir a influência político-partidária na composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva. Embora concordemos com a intenção de aprimorar os controles e a gestão dos fundos, bem como a responsabilização dos gestores por atos praticados contra os interesses dos associados, não simpatizamos com a ideia de se reduzir o poder dos participantes na gestão, que passaria de 50% para apenas um terço. Outro aspecto abordado pelo projeto é a redução da influência político-partidária no processo de escolha dos representantes da Previ nos Conselhos Administrativo e Fiscal das empresas participadas, com a qual concordamos plenamente.

**JORNAL AÇÃO:** *Sabe-se que a Previ pagou o BET para o público pré-67, o que seria de responsabilidade do BB, em valores que superam os R\$ 3,5 bilhões. Como será sua atuação para reaver esses valores?*

**SERGIO RICARDO FREITAS DE SOUZA:** É sabido que os participantes e os assistidos da Previ do grupo pré-67 tinham direito ao BET. Por isso, a Previ efetuou os pagamentos. A questão que se coloca é se esse custo deve impactar o patrimônio dos associados ou se é de responsabilidade do BB.

É de conhecimento público que, no acordo de 1997, cujo objeto é o grupo pré-67, o BB assumiu a responsabilidade de que eventuais desequilíbrios atuariais relativos a esse grupo seriam devidamente assumidos pelo BB.

Com esse cenário, pretendemos acelerar todas as medidas existentes na via administrativa para que esses recursos, que chegam a aproximadamente R\$ 3,5 bilhões, retornem aos cofres da Previ. Não obtendo sucesso na via administrativa, manteremos contato com nossas entidades representativas, como ANABB, AAFBB, para adotar, se necessário, a via judicial, com o devido exame jurídico, pois esse dinheiro é dos participantes e é fundamental para assegurar os benefícios de aposentados e pensionistas.

### COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS

**CONSELHO DELIBERATIVO TITULAR:** Douglas José Scortegagna

**CONSELHO DELIBERATIVO SUPLENTE:** Celson José Matte

**CONSELHO DELIBERATIVO TITULAR:** José Branisso

**CONSELHO DELIBERATIVO SUPLENTE:** João Botelho

**CONSELHO FISCAL TITULAR:** Italo Lazzarotto Júnior

**CONSELHO FISCAL SUPLENTE:** Claudio Eduardo Cardoso Marra

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1 TITULAR:** Antonio Paulo Ruzzi Pedroso

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1 SUPLENTE:** Maria do Rosário de Fátima Ferreira Durães

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO TITULAR:** Rosinéia Diana Balbino

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO SUPLENTE:** Ana Carolina Finóchio da Veiga



## CHAPA 5

# SEMENTE DA UNIÃO NA PREVI

**SERGIO FARACO – CANDIDATO A DIRETOR DE SEGURIDADE**

**JORNAL AÇÃO:** *Tramita no Congresso Nacional projeto que prevê a profissionalização na gestão dos fundos de pensão. Qual sua opinião sobre o assunto?*

**SERGIO FARACO:** A Previ tem entre seus participantes muitos com formação e experiência para conduzi-la da melhor forma possível em todas as áreas em razão do ramo de atividade do patrocinador BB. Assim, ela não necessitaria buscar no mercado os profissionais adequados para desempenharem as funções inerentes a um fundo de previdência complementar.

Entretanto, o projeto destina-se a regular as atividades de todos os fundos patrocinados por empresas ligadas direta ou indiretamente ao governo. Em razão das atividades de seus patrocinadores, como distribuição de correspondências, exploração de petróleo e tantas outras, a grande maioria não tem essa mesma característica que tem a Previ.

Dessa forma, os participantes de tais fundos não preenchem todos os requisitos para administrá-los da melhor forma possível. Os fatos comprovam isso. Os descabros ocorridos em grande parte desses fundos foram tão graves a ponto de justificar a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fundos de Pensão.

Na condição de cidadãos brasileiros que somos, não podemos desejar que o Poder Público permaneça inerte e deixe de tomar as medidas que se impõem para erradicar essa desastrosa situação, que penaliza sobremaneira enorme parcela da população.

Lamentavelmente, acabamos sendo atingidos, mas não é possível editar uma lei que se aplique nominalmente a uns, e não a outros.

**JORNAL AÇÃO:** *Sabe-se que a Previ pagou o BET para o público pré-67, o que seria de responsabilidade do BB, em valores que superam os R\$ 3,5 bilhões. Como será sua atuação para reaver esses valores?*

**SERGIO FARACO:** A responsabilidade do Banco para com o Plano 1 relativamente aos chamados pré-67

está definida no contrato firmado entre as partes. Nenhum direito ou obrigação pode ser invocado se não tiver amparo no contrato ou na legislação, mormente em pleito judicial quando as partes não chegarem a um entendimento comum.

Tanto os contratos quanto as leis sujeitam-se a interpretações. Quando as partes os interpretam de modo diferente e não chegam a um acordo, cabe à Justiça decidir segundo a interpretação dela.

O primeiro passo para resolver essa questão é analisar as cláusulas contratuais para verificar se há de fato a obrigação do Banco em suportar o ônus do BET concedido aos pré-67. A própria pergunta já diz: “o que seria de responsabilidade do BB”. Ela não afirma, mas admite a possibilidade de existir essa obrigação.

Essa análise compete ao Jurídico da Previ, que, se entender necessário, pode efetuar consulta a jurista renomado. Tal medida seria justificada porque, se eventual ação judicial for julgada improcedente, haverá condenação ao pagamento da sucumbência e o valor envolvido é muito elevado.

Do ponto de vista eleitoral, talvez pudesse conquistar muitos votos se afirmasse categoricamente que iria cobrar essa responsabilidade do Banco, mesmo sem parecer jurídico. Ocorre que esse não é meu perfil. Não posso fazer essa afirmativa, primeiro, porque a decisão não está na alçada exclusiva da Diretoria de Seguridade. Segundo, porque me recuso a criar falsas expectativas, porquanto os participantes merecem o máximo respeito e é minha obrigação respeitá-los. Terceiro, porque sou visceralmente contrário a aventuras jurídicas, ainda que possam trazer dividendos eleitorais.

Entretanto, diante de eventual parecer jurídico solidamente embasado no sentido de que o BB tem essa obrigação, não hesitaria em votar favoravelmente à cobrança pela via administrativa e, se não tiver resultado, recorrer à Justiça.

### COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS

**CONSELHO DELIBERATIVO TITULAR:** Ebenézer Walter Araújo do Nascimento / **SUPLENTE:** Arnaldo José Vollet

**CONSELHO DELIBERATIVO TITULAR:** Arnaldo Fernandes de Menezes / **SUPLENTE:** Antonio Roberto Andretta

**CONSELHO FISCAL TITULAR:** Maria Lizete da Silveira / **SUPLENTE:** Rildo e Silva

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1 TITULAR:** Daisy de Freitas Saccomandi

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1 SUPLENTE:** Santina Sbardella

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO TITULAR:** Karen Josete da Silveira Von Mühlen

**CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO SUPLENTE:** Thiago Pereira Almeida



# CHAPA 3 VENCE AS ELEIÇÕES DA CASSI

A Chapa 3 – A CASSI é Sua! foi a vencedora das Eleições Cassi 2016 com 30.507 votos. Realizada na noite de 22 de abril, a apuração apontou o resultado para novo diretor de Planos de Saúde e Relacionamento com Clientes e para novos conselheiros, que tomarão posse em 1º de junho.

De acordo com o resultado, a Chapa 2 – Juntos pela CASSI ficou em segundo lugar, com 26.608 votos, e a Chapa 1 – CASSI Sempre, em terceiro, com 25.172. A votação teve início em 11 de abril e foi aberta para funcionários da ativa, que emitiram seu voto pelo Sisbb, e aposentados, que votaram pelos terminais de autoatendimento (TAA).

## VEJA A COMPOSIÇÃO DA CHAPA VENCEDORA:

### CHAPA 3 – A CASSI É SUA!

**DIRETOR** – Humberto Santos Almeida

**CONSELHEIRO DELIBERATIVO (TITULAR 1)** – Karen Simone D’Avila

**CONSELHEIRO DELIBERATIVO (SUPLENTE 1)** – Luiz Pizetta

**CONSELHEIRO DELIBERATIVO (TITULAR 2)** – Ronaldo de Moraes Ferreira

**CONSELHEIRO DELIBERATIVO (SUPLENTE 2)** – Otamir Silva de Castro

**CONSELHEIRO FISCAL (TITULAR 1)** – José Carlos dos Santos

**CONSELHEIRO FISCAL (SUPLENTE 1)** – Nadia Maria de Novaes da Silva

**CONSELHEIRO FISCAL (TITULAR 2)** – Ângelo Argondizzi Marcelino

**CONSELHEIRO FISCAL (SUPLENTE 2)** – Leodete Sandra Cavalcanti Silva

Entre as propostas de campanha da chapa vencedora estavam o compromisso com a representação efetiva do conjunto do funcionalismo da ativa e dos aposentados e a defesa do princípio da solidariedade, do direito à assistência plena à saúde de todos os funcionários e seus dependentes e do dever do BB de cuidar da Cassi.

Vale lembrar que as chapas concorreram aos cargos de diretor de Planos de Saúde e Relacionamento com Clientes, além de novos membros (titulares e suplentes) para os Conselhos Deliberativo e Fiscal. ■

## NÚMEROS FINAIS DAS ELEIÇÕES CASSI 2016, DE ACORDO COM OS VOTANTES:



### ATIVOS

Chapa 1 – 13.025

Chapa 2 – 19.817

Chapa 3 – 23.397



### APOSENTADOS

Chapa 1 – 12.147

Chapa 2 – 6.791

Chapa 3 – 7.110

### TOTAL DE VOTOS

Chapa 1 – 25.172

Chapa 2 – 26.608

Chapa 3 – 30.507



## Cadastro atualizado é certeza de informação recebida!

Para atualizar seu cadastro, acesse a página da ANABB na internet e clique em Autoatendimento ou entre em contato pelo telefone 0800 727 9669

[www.anabb.org.br/autoatendimento](http://www.anabb.org.br/autoatendimento)

# SEUS PARENTES PODEM PARTICIPAR

**Associados e familiares em até quarto grau, na qualidade de sócio-parente, podem participar da ação coletiva para correção do FGTS pelo INPC/IPCA x TR. Prazo para chegada de documentos à ANABB termina em 27 de maio**

Por Elder Ferreira

Quem teve depósitos no FGTS a partir de 1999 e está em dia com as mensalidades pode participar da ação coletiva de FGTS a ser impetrada pela ANABB. Além dos sócios da entidade, os familiares em até quarto grau dos associados também podem aderir à ação, bastando se filiar à entidade. A ação para correção do FGTS pelo INPC/IPCA x TR tem o objetivo de corrigir, de forma justa, os índices econômicos sobre as contas vinculadas ao FGTS.

A ação que a ANABB vai ajuizar trata das perdas inflacionárias do FGTS. Nos últimos 16 anos, o Fundo de Garantia perdeu valor. Isso aconteceu porque a Caixa Econômica Federal (CEF) utiliza a Taxa Referencial para atualizar os valores do FGTS, mas essa taxa não tem refletido nem mesmo a inflação desde janeiro de 1999. Entre setembro de 2012 e julho de 2013, a taxa foi zerada. Com isso, o prejuízo aos trabalhadores foi muito grande. Apesar de não ser possível dar garantias de vitória, como em qualquer ação judicial, as expectativas de êxito são boas, pois a tese jurídica tem muito fundamento.

O ingresso na ação coletiva é gratuito. Caso a ação tenha êxito, será cobrado o valor de R\$ 200,00 para custeio das taxas judiciais e 10% do que o associado vier a receber, a título de honorários de êxito para os advogados responsáveis pela ação. Se a ANABB não obtiver êxito, nada será cobrado dos associados.

Os associados devem enviar à ANABB os extratos do FGTS, além dos seguintes documentos preenchidos:

- Autorização (Ação Judicial Coletiva de FGTS TR).
- Procuração.

- Contrato de Prestação de Serviços Advocatórios.
- Autorização de Débito e Ciência.
- Cópia dos documentos pessoais.

Os documentos necessários para entrar com a ação coletiva estão disponíveis no site da ANABB ([www.anabb.org.br](http://www.anabb.org.br)) para *download*.

## AUTORIZAÇÃO DE REPRESENTATIVIDADE

Em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de maio de 2014, a ANABB solicita a documentação antes do ajuizamento da ação coletiva. Tal decisão determina que, nas ações propostas por entidades associativas, apenas os associados que tenham dado autorização expressa para sua propositura poderão executar o título judicial. Dessa forma, para participar da ação coletiva FGTS proposta pela ANABB, os associados terão de encaminhar a autorização de representatividade e demais documentos necessários, a fim de serem beneficiados pelo resultado do processo coletivo.

## PRAZO ESTENDIDO

Os associados que querem participar da nova ação coletiva de FGTS e que ainda não manifestaram interesse ganharam nova oportunidade. A ANABB estendeu o prazo até sexta-feira, 27 de maio, para que a documentação chegue à entidade. É importante destacar que este será o prazo final e definitivo para recebimento dos documentos, uma vez que os advogados precisam ter tempo para cumprir os prazos nos trâmites do processo. Até agora, mais de 13 mil associados encaminharam a documentação. ■



# AÇÃO COLETIVA CORREÇÃO DO FGTS

**PRAZO  
PRORROGADO**

ENVIE A DOCUMENTAÇÃO  
PARA A ANABB ATÉ

## 27 DE MAIO DE 2016

TODAS AS INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO COLETIVA  
DE CORREÇÃO DO FGTS PELO INPC/IPCA X TR  
ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE DA ANABB

VOCÊ QUE AINDA NÃO  
ADERIU À AÇÃO,  
NÃO FIQUE DE FORA!

**A HORA É AGORA**



**ANABB**

Associação Nacional  
dos Funcionários do  
Banco do Brasil





# ESPECIAL **Ação** jornal



ELEIÇÕES PREVI | ANO XXX | MAIO/2016

**ANABB**

PUBLICAÇÃO DA ANABB  
www.anabb.org.br

## **ELEIÇÕES PREVI 2016**

**Votação acontece de 13 a 27 de maio. Conheça as cinco chapas participantes e os currículos dos candidatos**

**Este jornal está sendo produzido com apenas duas páginas por chapa, por determinação expressa do Conselho Deliberativo, em reunião do dia 5/3/2016.**

# CHAPA 1



# HORA DA MUDANÇA NA PREVI



## DIRETOR DE SEGURIDADE

### AMIR GONÇALVES DOS SANTOS

Posse BB em 1987, Graduado em administração com especialização e mestrado em Gestão Estratégica onde pesquisou e dissertou sobre o Fundo de Pensão e Comunicação; Certificado em Seguridade pelo ICSS e em administração pelo IBGC; Certificação INEPAD – Práticas de Gestão para Resultados Sustentáveis; foi membro das comissões de Educação Previdenciária e Relacionamento com Participantes da ABRAPP; Educador UniBB: Investimentos Financeiros, Gestão Econômica, Diálogo, ODM e outros; Prof. de Admin Financeira; Foi gerente de agências em MG e RJ e Gerente Executivo na Diretoria de Seguridade da Previ.



### MANOEL PEREIRA DE LIMA JÚNIOR – TITULAR

Mineiro, sou Participante do Previ Futuro desde que tomei posse em mar/2000 na agência Santa Margarida/MG. Desde 2001 na Diretoria de Tecnologia em Brasília/DF, tendo passado pelas áreas de Operação&Suporte, Planejamento&Gestão, Construção de Aplicativos, Gestão de Segurança e, atualmente, na Gerência de Arquitetura como Gerente de Divisão. Detenho Certificações internas em Tecnologia, Marketing, Segurança, Organização e Gestão de Pessoas. Sou Graduado em Administração, com especializações em Arquitetura Orientada a Serviços SOA, MBA Gestão de Pessoas e MBA Executivo em Negócios Financeiros.



### MARCOS ANTONIO RAMPAZO MORALES – TITULAR

Iniciei no BB em 1975. Graduado em economia, especialização em marketing e comércio exterior. Operador do sistema MIPEN. Gerente de agências na grande São Paulo. Atuei como Superintendente Regional desde de o início do Programa, em todas as Regionais da grande São Paulo até 2008 quando aposentei . Atuei como conselheiro fiscal suplente na Coteminas S.A. E desde 2012 sou Conselheiro Deliberativo do Satélite Esporte Clube. Ainda, em busca de outros desafios completei minha 1ª maratona em out/2015.



### OSMAR ANTONIO CHAGAS FERNANDES – SUPLENTE

Nascido no Estado do Rio, participo do Plano1 desde 1977. Aposentado em 2010, fui Gerente de Núcleo no CEDIP-RJ, Gerente de Equipe e Gerente Executivo de Tecnologia da Informação da PREVI. Sou graduado em Ciências Econômicas, com cursos de formação em Previdência Complementar; Básico de Controladoria, Governança Corporativa no Contexto Previdenciário, Gerenciamento de Projetos e Desenvolvimento de Consultores de Organização e Gestão. Fui do Conselho de Administração das empresas GTD, INVEPAR, LAMSA e CLN, suplente do Conselho Fiscal da ESCELSA e da ENERSUL e da Comissão Técnica de TI da ABRAPP.



### JESUS NONOAI DA SILVEIRA CEZAR – SUPLENTE

Natural de Cacequi RS, ingressou no BB como Menor Estagiário de novembro/1975 a março/1978 e tomou posse na carreira administrativa em novembro/1979, na agência de Cacequi RS e aposentando-se em julho/2015. Graduado em Administração de Empresas e com MBA-COPPEAD, Programa de Desenvolvimento de Altos Executivos da UFRJ. Foi Administrador nas agências de Cacequi RS, Santa Maria RS, Santa Vitória do Palmar RS, Camaquã RS, Santana do Livramento RS, Ijuí RS, N Sra de Lourdes-Caxias do Sul RS e Gerente de Administração na Superintendência Estadual de Varejo e Governo do RS.



## CONSELHO FISCAL

## CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1

## CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

### **CLEMITON ALCANTARA DE ARAÚJO – TITULAR**



Carioca, tomou posse no BB em 1981 e aposentou em 2013. Trabalhou em Recife (PE), Belo Jardim (PE) e Alfenas (MG). Em Brasília atuou nas Diretorias de Cartões, Novos Negócios e Empréstimos e Financiamentos. Participou dos projetos Central de Monitoramento a Fraudes, Cartão Valetik e Crédito Imobiliário. Foi Delegado Sindical por 6 anos e Vice Presidente do Conselho de Usuários da Cassi. Bacharel em Adm. De Empresas, com MBA em Risco (USP/FIPECAFI) e Técnico em Contabilidade. Atua como Diretor Comercial na iniciativa privada.

### **NAYRA DE CASSIA LACERDA – SUPLENTE**



Mineira, sou Participante do Previ Futuro desde que tomei posse em Fev/2002 na agência Mutum (MG). Nascida em Manhuaçu(MG), Graduada em Direito, com especialização em Direito Civil, MBA Executivo em Negócios Financeiros e MBA em Práticas de Gestão para Resultados Sustentáveis. Estou como Gerente Geral de Agência desde 2008, detenho CPA 20, e certificações internas em Gestão do Crédito, Aspectos Jurídicos Bancários, Agronegócios, Atendimento Bancário, Comércio Exterior, Controles Internos e Risco Operacional, Economia e Finanças, Gestão de Segurança e PLD.

### **MARTHA HELENA BRAGA – TITULAR**



Posse no BB em 1978, Graduada em Letras- UFRJ, Pós-graduação em Gestão Empresarial FGV, aposentada desde 2011, após 32 anos de BB e de Previ. Casada, dois filhos e um neto. Gerente Geral de diversas agências no Estado do Rio de Janeiro-Aman, em Resende, Palácio Duque de Caxias (RJ), Primeiro de Março(RJ) e Agência Rio (RJ).

### **LÍLIA MARIA FREIRE BARBOSA – SUPLENTE**



Nascida em Aracaju (SE), posse no BB em 1988, Graduado em Pedagogia, com especialização em Pedagogia Empresarial, estou como Gerente de Negócios desde 2009, detenho CPA 20, e certificações internas em Gestão de Segurança, Controles e Riscos Internos, Gestão de Segurança e Atendimento Bancário, sou educadora do BB em 5 cursos (ODM, Oficina Crédito e Vendas PJ, Gestão de Carteiras PF, Oficina Práticas de Vendas).

### **MARCIO FUMERO FULANETTI HERNANDEZ – TITULAR**



Natural de São Paulo (SP), participante do Previ Futuro desde 2003 quando tomou posse na agência Pq. Industrial Cumbica (SP). Graduado em Administração com habilitação em comércio Exterior, MBA Executivo em Negócios Financeiros. Atua como Assessor na Superintendência de São Paulo Capital, possui certificações internas de Marketing, Gestão Organizacional e Pessoas, Gestão do Crédito, Agronegócios, Atendimento Bancário, Comércio Exterior, Controles Internos e Risco Operacional, Economia e Finanças, Prevenção e Combate à Lavagem de dinheiro.

### **EDUARDO SALGADO DE MAGALHÃES – SUPLENTE**



Nascido em Piracicaba/SP, Participante do Previ Futuro desde sua posse em 2001 em Viçosa. Passou por diversas agências de Minas Gerais. Desde 2012 atua como Assessor na Regional Juiz de Fora diretamente ligado ao Mercado PJ. Graduado em Administração com Especialização em Administração de Recursos Humanos e Pós-graduando em MBA Gestão de Projetos (término previsto maio/2016). Possui Certificações internas em Economia e Finanças, Conhecimentos Jurídicos, Setor Público, Comércio Exterior, Controles Internos, além da Certificação Avançada em Investimentos pela Anbima.



# CHAPA 2

Vote  
**Chapa 2**

**PREVI**

**Plural e Independente**



## WILLIAM BENTO

Formado em Direito, Ciências Contábeis e Economia. Pós-graduado em Administração de Empresas. Foi Conselheiro Deliberativo eleito da Previ e se dedicou a fiscalizar a atuação do Banco na entidade e denunciar na PREVIC as aposentadorias milionárias e o desrespeito ao teto de benefício. Foi membro do Conselho Curador de Fundação Educacional. Na Previ, lutará para o estabelecimento do teto de contribuição nos moldes da decisão PREVIC de 2011 e combaterá o conjunto de normas conhecidas como “a mordaza” que impede a transparência e a prestação de contas dos eleitos aos Participantes

**DIRETOR DE SEGURIDADE**



## HUMBERTO FERNANDES DE OLIVEIRA – TITULAR

PÓS-98, paulista. Na PREVI, foi Coordenador e Conselheiro Consultivo no Plano Previ Futuro. Formado em Administração de empresas pela UFMS e pós-graduado em finanças pela UnB. Atua na Gapes Campinas como Analista e foi colaborador na Dipes na criação do programa de mentoria para gestores da rede varejo. Atuou como Gerente da Carteira Empresas I e II em diversas cidades de São Paulo. Na PREVI representará os funcionários do plano 2, lutará contra as ingerências político-partidárias na gestão do fundo e pela constante defesa e melhoria do plano Previ Futuro.

**CONSELHO DELIBERATIVO**



## GRAÇA MACHADO – TITULAR

Engenheira com MBA em Governança Corporativa pela USP. Foi presidente do Conselho Deliberativo e Diretora da CASSI. No Banco foi uma das primeiras mulheres a ocupar cargo de gestão e sempre lutou para que as mulheres também ocupassem cargos de destaque no Banco e nas Entidades do funcionalismo. Como Conselheira Deliberativa da PREVI, pretende compor, com Antônio Carvalho e Humberto, a unidade necessária para garantir uma discussão firme e transparente com a Patrocinadora, onde o interesse desta e do governo jamais poderá se sobrepor aos interesses dos Participantes.



## GILBERTO ANTONIO VIEIRA – SUPLENTE

Advogado pós-graduado em Administração, Comércio Exterior e Política e Estratégia, trabalhou nas Agências São Miguel do Oeste e Brusque/SC. No DF, laborou na COGER, DETER e GCOOP. Conselheiro Fiscal eleito na CASSI, exerceu a presidência por 2 anos, sempre trabalhando pela otimização dos recursos. Diretor Secretário-Geral da CONTEC, defende os interesses dos bancários junto à FENABAN e BB, coordenando as mesas de negociações com o Banco. Busca a sustentabilidade nas negociações da CASSI. Conselheiro Deliberativo Suplente trabalhará por uma gestão transparente e eficaz.



## LISSANE PEREIRA HOLANDA – SUPLENTE

PÓS-98, Lissane Holanda nasceu em Brasília. É graduada em Direito, com especialização em Direito Público e MBA em Direito Bancário. Trabalhou nas Diretorias Jurídica, Comercial e de Governo do BB, e hoje é auditora na GA Serviços Jurídicos. Foi eleita representante dos pós-98 na ANA-BB e acompanhou o Projeto de Lei 6.259 que trata da isonomia entre os funcionários do BB. Tem como objetivo atenuar as diferenças entre os funcionários pré e pós-98 e atender melhor as necessidades desse quadro que já tem mais de 85 mil Participantes na Previ.



## CONSELHO FISCAL

## CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1

## CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

### LUCIANO SILVA REIS – TITULAR



Natural de Aracaju, graduado em Direito (OAB-SE 020) com MBA Formação Geral para Altos Executivos (FEA/USP) e MBA Auditoria (FIECAFI/USP). Educador Corporativo nos Cursos Auditoria Interna e Auditoria Interna Baseada em Riscos. Trabalhou em agências no MT, SE, MA e BA. Foi Auditor Interno de 1992 a 2001 e Gerente de Auditoria em Salvador e Brasília. Foi membro efetivo do Comitê de Auditoria do BNB de 2008 a 2013. No Conselho Fiscal da Previ assume o compromisso de atuar na fiscalização da rentabilidade, segurança e transparência dos fundos administrados.

### DIÓRGENES SEBASTIÃO ROSY – SUPLENTE



PÓS-98, Diórgenes Sebastião Rosy é de Barra Mansa/RJ, tem 41 anos e está no Banco há 11 anos. Graduado em Ciências Contábeis com MBA Executivo em Negócios do DRS (UnB e Inepad), MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria (FGV) e MBA em Contabilidade Societária -IFRS/IPSAS (Ibmec - em andamento). Administrador em agências do Rio de Janeiro, atualmente é Gerente de Divisão na Diretoria de Contadoria, Gerência de Subsidiárias Integrais. No Conselho Fiscal focará na rentabilidade, segurança e transparência mitigando riscos nas participações em empresas.

### JOSÉ RODRIGUES PEREIRA – TITULAR



Gaúcho de Alegrete, trabalhou em agências e na DIRGE, tendo exercido vários cargos comissionados, inclusive como administrador. Formado em Direito, é membro da Diretoria da AFABB-RS há 8 anos. Foi Conselheiro Deliberativo, Presidente interino e hoje exerce o cargo de Vice-Presidente. Tem trabalho reconhecido na defesa dos interesses dos funcionários da ativa e aposentados. Preocupado com a rentabilidade e situação econômica da PREVI, no Conselho Consultivo pretende atuar positivamente em busca da transparência e defesa dos interesses de Assistidos e Participantes.

### IRMAR DE CASTRO FONSECA – SUPLENTE



Administradora Pública, pós graduada. Conselheira do CD da ANABB e do ANABBPrev. Foi Gerente de Área na CASSI por 6 anos. Dedicou-se por 35 anos como Educadora, Formadora e Planejadora de Ensino do BB. Ocupou vários cargos da carreira administrativa no BB. No Conselho Consultivo, acompanharei as especificidades do Plano de Benefícios 1, indicando melhorias que fortaleçam o plano e seus Participantes, principalmente neste momento grave de nossa economia, e acompanharei a evolução dos setores econômicos onde os Fundos de Pensão estão inseridos.

### VERA NEVES MAFRA – TITULAR



PÓS-98, Verinha Mafra é brasileira. É graduada em Direito com Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Projetos de Software. Trabalhou como agente de compliance na Diretoria de Tecnologia (2002-2003), como analista de sistemas (2003-2006) e hoje trabalha com Gestão de Projetos de TI na DITEC. Como membro do Conselho Consultivo da Previ pretende acompanhar de forma diligente as propostas referentes ao Plano Previ Futuro para que, diante do atual cenário econômico brasileiro, o plano não tenha seus resultados prejudicados.

### ADRIANA LAGARES DE SOUZA CORTES – SUPLENTE



PÓS-98, Adriana Lagares de Souza Cortes é mineira, graduada em Direito pela UFU - Universidade Federal de Uberlândia. Exerceu a advocacia nas áreas empresarial, trabalhista, cível e de família até a posse no Banco do Brasil em 2007. Foi auxiliar administrativo e caixa na Agência BB Estilo BH. Atualmente lotada no CESUP BH, compõe a equipe ADEST6 como fiscal dos contratos com escritórios de advocacia terceirizados. Trabalhará arduamente em prol do fundo do Plano de Benefícios PREVI Futuro, lutando por melhorias em benefício dos Associados.



## DIRETOR DE SEGURIDADE

### MARCEL JUVINIANO BARROS

No BB desde 1978, de São Paulo. Graduado em História. Certificado pelo ICSS para a gestão de fundos de pensão. Eleito Diretor de Seguridade da Previ em 2012. É representante dos fundos de pensão sulamericanos no Comitê Executivo do PRI, órgão da ONU para investimentos responsáveis. Foi diretor da Federação dos Bancários de São Paulo e secretário-geral da Contraf. Coordenou a rede internacional dos bancários na Global Union, sindicato mundial. Coordenou a Comissão de Empresa do BB e foi negociador dos acordos de superávit em 2006, 2007 e 2010.



### WAGNER DE SOUSA NASCIMENTO – TITULAR

Do Previ Futuro. Mineiro, no BB desde 2002. Formado em Administração pela Universidade Federal de Viçosa. Pós-graduado em Gestão Previdenciária pela FGF. Tem experiência em contabilidade, administração, previdência complementar e gestão pública nas áreas contábil, administrativa e de recursos humanos. Foi Gerente de Serviços no Banco do Brasil. Foi conselheiro consultivo eleito do Previ Futuro de 2006 a 2014 e coordenou suas atividades. É Diretor do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região e atual Coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB.



### CARLOS ALBERTO GUIMARÃES DE SOUSA – TITULAR

Aposentado depois de 38 de trabalho no Banco do Brasil. De São Paulo. 57 anos, casado. Trabalhou em várias agências na Capital de São Paulo. Foi conselheiro fiscal eleito da Previ, na gestão de 2006 a 2010. Participou ativamente da construção e gestão de várias entidades do funcionalismo. Tem larga experiência nas áreas administrativa e financeira. Foi presidente do Satélite Esporte Clube, conselheiro do Cesabb São Paulo e vice-presidente financeiro da Federação Nacional das AAB (FENABB), de 2008 a 2012.



### RAFAEL ZANON GUERRA DE ARAÚJO – SUPLENTE

Do Previ Futuro. Ingressou no BB em 2000. Formado em História pela Universidade de Brasília. Pós-graduado em Gestão Previdenciária pela Faculdade Grande Fortaleza. Pós-graduado em Gestão Financeira pela Fundação Getúlio Vargas, com ênfase em mercado de capitais. É certificado em administração de fundos de pensão pelo ICSS. É conselheiro deliberativo eleito da Previ desde 2012. É Secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato dos Bancários de Brasília. Membro da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB. Conselheiro deliberativo da Anapar.



### ODALI DIAS CARDOSO – SUPLENTE

Aposentado. Do Rio de Janeiro. Tomou posse no BB em 1971, no Pará. Formado em Economia pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduado pela Fundação Getúlio Vargas. Tem MBA em Administração Pública e Marketing. Tem especialização em Auditoria Interna e Mercado de Capitais. Foi conselheiro deliberativo e conselheiro consultivo eleito do Plano 1 na Previ. É Presidente do Conselho Fiscal da Previ. É presidente da AAB Lagoa, no Rio de Janeiro. Foi presidente da AAFBB, a Associação dos Aposentados e Funcionários do Banco do Brasil.





## CONSELHO FISCAL

### **ROSALINA DO SOCORRO FERREIRA AMORIM – TITULAR**



Do Previ Futuro. Funcionária do BB no Pará desde 2001. Formada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pará. Trabalhou em agências do interior e da capital do Estado. Foi diretora do Sindicato dos Bancários do Pará. Em 2010 foi eleita presidente do Sindicato dos Bancários do Pará, reeleita em 2013, com massivo apoio dos bancários e de várias entidades de trabalhadores de abrangência local e nacional. É Diretora de Assuntos Socioeconômicos da Contraf desde 2015. Integra o Comando Nacional dos Bancários, responsável pelas negociações salariais.

### **FÁBIO SANTANA SANTOS LEDO – SUPLENTE**



Do Previ Futuro. Ingressou no Banco do Brasil em 2003, na agência Comércio Salvador (BA). Bacharel em Direito pela Universidade Católica da Bahia. Pós-graduando em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pelo Instituto Damásio de Jesus. É Diretor do Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários da Bahia. Tem experiência na área jurídica, como defensor dos direitos trabalhistas e previdenciários dos bancários.

## CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1

### **JOSÉ ULISSES DE OLIVEIRA – TITULAR**



Da ativa, Plano 1. É conselheiro deliberativo suplente eleito da Previ. É secretário geral e foi presidente do Sindicato dos Bancários do Piauí. Foi diretor estadual da Anabb no Piauí. Representou os bancários do Nordeste no Comando Nacional dos Bancários, que coordena as negociações salariais nacionais. Fundou e dirigiu a Cooperativa Educacional dos Funcionários do BB e a Cooperativa de Crédito dos Bancários do Piauí. Participou do Conselho de Usuários da Cassi.

### **RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA MOTA – SUPLENTE**



Da ativa. Tomou posse no BB em 1992, na agência Visconde de Pirajá (RJ). Graduada em Psicologia. cursou MBE na Universidade Federal do Rio de Janeiro e Economia e Sindicalismo no Instituto de Economia da Unicamp. Trabalhou na área de Recursos Humanos e de Seleção na Previ e no Banco do Brasil. Foi diretora estadual da ANABB. É diretora do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e membro da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB. Integra o Conselho de Usuários da Cassi do Rio de Janeiro.

## CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

### **DEBORAH NEGRÃO DE CAMPOS – TITULAR**



Do Previ Futuro. Ingressou no BB em 2001. De Campinas (SP). Bacharel em Direito pela PUC-SP. Graduada em Psicologia. Fez vários cursos de especialização em previdência complementar. É conselheira consultiva eleita do Plano Previ Futuro e coordenou suas atividades por dois anos. Diretora do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região. Foi diretora administrativa na Prefeitura do Município de São Paulo. Tem experiência em advocacia e administração. Foi conselheira do INSS, integrou o Conselho de Usuários da Cassi e o Conselho Municipal de Saúde de Campinas.

### **TÂNIA DALMAU LEYVA – SUPLENTE**



Do Previ Futuro. Paranaense de Curitiba. Tomou posse no BB em 2004. Foi gerente de serviços e gerente de relacionamento em agências de Curitiba e trabalhou na gestão de pessoas no CABB. Bacharel em Matemática pela Fundação Santo André (SP), com ênfase em processamento de dados. Tem experiência profissional nas áreas de TI e administrativa. Diretora do Sindicato dos Bancários de Curitiba. Representa os bancários do Paraná na Comissão de Empresa dos Funcionários do BB. Integrante do Conselho de Usuários da Cassi no Paraná.

# CHAPA 4



## SERGIO RICARDO FREITAS DE SOUZA

**DIRETOR DE SEGURIDADE**

Nasceu em 1958 no RJ, casado, aposentado, graduado em Ciências Contábeis pelo CEUB/DF, com Especialização em Gestão Pública pela ENAP/DF e com cursos de extensão pela ABRAPP e IBMEC. Na PREVI, trabalhou mais de 10 anos como Analista e Gerente de Investimentos. Representou os funcionários no grupo de trabalho que elaborou o novo modelo de Gestão e Governança da Previ e que culminou com a criação da DISEG e da DIPAR e com uma maior participação dos associados. Participou decisivamente da compra do controle da Embraer, uma das participações acionárias mais relevantes da Carteira da PREVI.



## DOUGLAS JOSÉ SCORTEGAGNA – TITULAR

Economista, MBA em Gestão de Negócios; Possui curso de Administração de

Recursos de Fundos de Pensão pela Wharton School/Pennsylvânia/EUA e Gestão Estratégica pelo ISS na França; Atual Vice-Pres de Comunicação da ANABB e Presidente do Instituto VIVA CIDADANIA.; Aposentado com 34 anos de BB; Foi Diretor Adm Financeiro e Diretor de Rel Funcionais da ANABB; Foi Diretor de Saúde da CASSI; Cons. Fiscal da CASSI; EMBRATEL; DURATEX e de Administração da RGE/RS; Presidiu a AABB/Ibirubá; Diretor AABB/Cruz Alta/RS; Coordenou 5 edições do Prêmio Cidadania, da ANABB e o 1º Prêmio Cidadania Viva/2015.



## JOSÉ BRANISSO – TITULAR

Economista graduado e pós-graduado USP, advogado, Vice-Presidente Adm. e Financeiro ANABB, Presidente Con-

selho Deliberativo Fundo de Pensão ANABBPrev. Certificação ICSS. Foi coordenador Conselho Consultivo Plano I PREVI, Diretor Interino e Gerente Executivo da Diretoria Agronegócios e assessor da Presidência do BB, Assessor Coordenação Programação Orçamentária e Financeira Ministério da Fazenda, Conselheiro Deliberativo ANABB, Conselheiro Fiscal Ordem dos Economistas de São Paulo, COSERN e CELPE, professor universitário, instrutor Economia Gerentes BB, Conselheiro Deliberativo IPE-USP.



## CELSON JOSÉ MATTE – SUPLENTE

Aposentado do BB. Trabalhou de 1975 a 2010 em diversas agências, exercendo cargos de gestão por mais de quinze anos. Conselheiro do Conselho de Usuários da CASSI/RS. Conselheiro do Conselho Deliberativo do Instituto Viva Cidadania. Diretor Regional da ANABB na jurisdição de Porto Alegre/RS, de 2012 a 2015. Graduado em Administração de Empresas, Pós-Graduado em Gestão para Altos Executivos. Especialização em Administração do Tempo. Formação em Metodologia do Ensino Superior. Desenvolve conteúdos, treinamentos e consultorias na área de gestão (negócios, processos, pessoas).



## JOÃO BOTELHO – SUPLENTE

O seu candidato BOTELHO é Graduado em Direito com MBA em Auditoria Interna. Advogado com experiência no Magistério Superior na área de Auditoria. Atuou no BB por 28 anos (71/99), 20 deles na área de Auditoria. Foi Delegado da COOPERFORTE, dirigente de AABB, da BBCOP-Ribeirão Preto e da FECOB. Na ANABB foi um dos fundadores (86), Vice-Presidente (86/89) e Presidente (89/92). Presidente do Conselho Deliberativo da ANABB na gestão 2011/2015, desenvolveu árduo trabalho para devolver a Entidade a seus legítimos donos: seus associados. É o atual Vice-Presidente de Relações Institucionais da ANABB.





## CONSELHO FISCAL

### ITALO LAZZAROTTO JÚNIOR – TITULAR



Atual Gerente Geral da Regional de Controles Internos, em Minas Gerais, gerenciou também a Unidade de Ouvidoria Externa do BB, em Brasília e de Controles Internos no Rio Grande do Sul. Tomou posse no BB em julho de 1998, em Pirassununga/SP. Atuou no Varejo, Atacado, Unidades de Apoio e Estratégicas. Na ANABB, representou o funcionalismo pós-98 e coordenou o Grupo Temático de Previdência até dez/2015. Na Previ foi Conselheiro Eleito e atuou como Coordenador do Conselho Consultivo do Previ futuro até maio/2014. Pós-graduado em Auditoria e Perícia Contábil e graduado em Administração.

### CLAUDIO EDUARDO CARDOSO MARRA – SUPLENTE



Funcionário da Unidade Contadoria, gerência gestão e planejamento tributário. Com atuação em controles internos, conformidade, análise contábil e orçamento do Banco do Brasil. A posse, em 1986, foi na Ag. Monte Carmelo-MG. Fora do Banco atuou na presidência do Conselho Fiscal do ANABBPrev - Fundo de Pensão. Graduado em Direito pela UFU – Universidade Federal de Uberlândia, MBA Controller pela USP e pós-graduado em Direito Tributário e Finanças Públicas pelo IDP – Instituto Brasileiro de Direito Público.

## CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1

### ANTONIO PAULO RUZZI PEDROSO – TITULAR



Advogado militante, trabalhou em agências de MG, RS e RJ; na Direção Geral do BB e na Previ. Atuante nas entidades que compõem o sistema AABB, foi Conselheiro Deliberativo da FENABB; presidente da AABB/Niterói e CESABB/RJ; foi Diretor Estadual da ANABB, no Rio de Janeiro. Atualmente participa de colegiados deliberativos das Instituições AAFBB, Instituto VIVA CIDADANIA; Conselho de Usuários da CASSI.

### MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA FERREIRA DURÃES – SUPLENTE



Natural de Montes Claros/MG, aposentada, cursou Economia, Administração e Biologia. Atual Diretora Regional da ANABB na jurisdição MG-27 com destacada atuação e efetivação de quase 1.000 convênios de parcerias de interesse dos funcionários do BB, nas mais de 40 agências de sua Regional. Intermediou 3 grandes projetos à entidades beneficentes por meio do Instituto VIVA CIDADANIA. Foi presidente da AABB – Montes Claros/MG por 3 mandatos consecutivos. Membro do Conselho de Usuários da CASSI.

## CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

### ROSINÉIA DIANA BALBINO – TITULAR



Graduação em Administração Pública. MBA em Gestão de Pessoas. MBA em Gestão Empresarial (em andamento). Gerente de Relacionamento em Paçandu/PR. Coordenadora do GAT Cidadania e Responsabilidade Sócio Ambiental da ANABB 2012/2015. Delegada/Pr efetiva e Diretora (Suplente) da APABB. Suplente do Conselho Deliberativo do Instituto Viva Cidadania. Membro da ECOA da Agência Paçandu. Voluntária BB e no Projeto Visão de Liberdade ganhador do Prêmio Tecnologia Social da FBB 2011 e reconhecido pelo Prêmio ODM Brasil, iniciativa da ONU/PNUD 2014.

### ANA CAROLINA FINÓCHIO DA VEIGA – SUPLENTE



Formada em Engenharia Química com pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho e MBA em Gestão de Pessoas. Assessora na Diretoria de Gestão de Pessoas/DF, na divisão de bem-estar, equipe de segurança do trabalho. Funcionária do BB há 12 anos, três dos quais atuou na Fundação Banco do Brasil. Tem experiência em ECOA e CIPA. Voluntária na equipe administrativa do Coral dos Funcionários do Banco do Brasil desde sua criação, colaborando na organização e controle de apresentações e ensaios.





## Semente da União

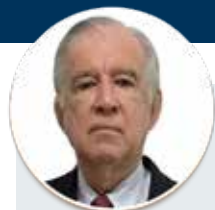
APOSENTADOS E ATIVOS  
UNIDOS EM DEFESA DA CASSI E DA PREVI



### SERGIO FARACO

#### DIRETOR DE SEGURIDADE

Economista, possui no BB em 13/01/1964, foi de Caixa-Executivo a Gerente Geral em Agências de São Paulo, Instrutor e Instrutor formador do DESED, presidente do Conselho Deliberativo da São Paulo Holding Corp Participações S/A, Assistente do Interventor do AEROS, Dr. Camillo Calazans, membro do Instituto Nacional de Mediação e Arbitragem, Gerente Geral de empresa loteadora. Tem registro de especialista em perícias judiciais junto ao CORECON SP e presta consultoria a empresas. Elaborou apostila sobre previdência privada fechada. Certificado Atuária I, II e III para não atuários da UNIABRAPP.



### EBENÉZER WALTER ARAÚJO DO NASCIMENTO – TITULAR

Empossado no BB em 1962, exerceu gerências gerais em dependências no Brasil e no exterior, tendo residido no Panamá, Abidjã (Costa do Marfim), Portugal, Espanha e Israel. Foi Diretor Geral das empresas CIBRAP e TRATORNORTE em Recife (PE), e INTERTRADE – Import/Export, em Israel. Tem trabalhos e livros publicados sobre atividade bancária, operações financeiras internacionais e economia política. Elaborou o “Relatório BB x PREVI”, o “Exame Sumário do Balanço BB-2014/1osem”, estudo sobre o “Seguro-Risco Longevidade”, e outros.



### ARNALDO FERNANDES DE MENEZES – TITULAR

Aposentado. No BB, entre várias funções, Encarregado e Chefe de Setor no DECON, Chefe de Setor, Coordenador de Equipe e Chefe Adjunto Interino na COGER, Auditor no Núcleo Central da AUDIT (Órgãos da Direção Geral, Superintendências e Subsidiárias) e aposentou-se Auditor Sênior. Corregedoria-Geral do Governo do Distrito Federal: Diretor de Planejamento e Articulação da Ouvidoria e Diretor de Apoio Operacional, de ago/2004 a jan/2007. Atualmente é Presidente da AFABB-DF. Graduado no Curso Superior em Tecnologia de Gestão de RH (UNIP) e Técnico em Contabilidade (1968).



### ARNALDO JOSÉ VOLLET – SUPLENTE

Aposentado. No BB, entre várias funções exercidas, foi Diretor Executivo da BB-DTVM, Gerente Executivo da GEROF, Gerente de Divisão do DEATE e Chefe dos Cesecs Ramos e Andaraí(RJ). Fora do BB foi: Diretor Financeiro da COELBA, Membro Titular do Conselho Fiscal da VALE S.A, Conselheiro Fiscal na Celpe-PE e na Telesp Celular e Membro do Conselho de Administração da Guaraniã (atual NEO-ENERGIA) e CEMIG. Atualmente é Membro Titular do Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal. Graduado em Matemática pela USP, MBA em Finanças pelo IBMEC(RJ) e Altos Executivos pela FGV(RJ).



### ANTONIO ROBERTO ANDRETTA – SUPLENTE

Advogado pós graduado em Direito Civil, graduado em Contabilidade, Comissionado desde o 1º ano de Banco em Castro e Telêmaco Borga no PR, Ag. Av. Paulista e CESEC em SP, CESEC Curitiba. Gerente Geral em S.Miguel Tapuio-PI, Pitanga e Palmas-PR, Santa Felicidade e Mal. Deodoro em Curitiba onde se aposentou. Delegado e Presidente do Conselho Fiscal por três mandatos na COOPERFORTE. Fora do Banco trabalhou em Tabelionato, Construção Civil, Indústria metal-mecânica, Imobiliária, Contabilidade, Grupo Financeiro em São Paulo. Cooperativista, militou na área. Fez Imersão em Controladoria e Finanças.



## CONSELHO FISCAL

## CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1

## CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

### MARIA LIZETE DA SILVEIRA – TITULAR



Auditora aposentada (2007). Doutoranda em Ciências Contábeis (UnB) projeto de pesquisa: “Composição dos Ativos Realizáveis dos Fundos de Pensão para cobrir o Risco Atuarial”. Mestre em Ciências Contábeis (UnB), especialista em Controladoria (UnB), MBA Auditoria (FIECAFI) e bacharel em Ciências Contábeis (FURG-Rio Grande). Docente em graduação e pós-graduação, na área de auditoria, controladoria e controles internos, atualmente na UPIS e UnB, Brasília (DF). Trabalhou em Santana do Livramento (posse -1977), Rio Grande, Imperatriz, Porto Alegre e Brasília. Conselheira fiscal suplente da ANABB.

### RILDO E SILVA – SUPLENTE



47 anos, posse no BB: 1987. Na COGER (2007 a hoje), atua c/ Reorganizações Societárias e Tributação. Mestre em Contábeis pela FUCEPE (2006). Pós-graduado em Direito Tributário e Finanças Públicas - IDP (2010), Pós-graduado pela FGV DF (1995). MBA em Contabilidade - FIECAFI (2003). Graduações pela UPIS/DF: Ciências Contábeis (1994) e Economia (2013). Professor e Coordenador de Pós-Graduações (2004 a Hoje). Consultor e Pesquisador em Project Finance, Corporate Finance, Estrutura de Capital, Controladoria, Custos e Orçamentação, Reestruturação Societária e Planejamento Tributário.

### DAISY DE FREITAS SACCOMANDI – TITULAR



Ingressou no Banco do Brasil em 03/06/1971, na Ag. Centro-SP. Posteriormente trabalhou na ag. Tucuruvi. Sua aposentadoria foi em março/1995, como gerente adjunto na Ag. Cons. Moreira de Barros-SP. cursou técnico de contabilidade. Desde o início da aposentadoria, dedicou-se ao trabalho voluntário em instituições sociais, depois em favor da nossa comunidade BB como coordenadora de mais de 20 grupos de colegas-BB em redes sociais, informando sobre CASI/PREVI.

### SANTINA SBARDELLA – SUPLENTE



Bacharel em Direito pela Fundação Universidade de Passo Fundo, tomou posse no BB em 1973 em Três Passos-RS, trabalhou nas agências Marau-RS, Passo Fundo-RS, Leblon=RJ, Copacabana-RJ e Presidente Antonio Carlos-RJ e exerceu os cargos de Caixa Executivo e Gerente de Expediente (Gerex). Aposentou-se em 1997.

### KAREN JOSETE DA SILVEIRA VON MÜHLEN – TITULAR



Empossada no BB em 2003, exerceu cargos de Assistente de Negócios PJ, Gerente de Contas Exclusivo PF e Analista Pleno. Atualmente atua no BB como analista Técnica U B na GECOI-RS. Foi professora substituta na Universidade Brasília no período de jun/2004 a jul/2005. Formada em Ciências Contábeis pela UFRGS (2002); Pós Graduação Especialista em Controladoria pela UNB (2004) e MBA em Negócios Financeiros UNB (2008).

### THIAGO PEREIRA ALMEIDA – SUPLENTE



Está no Banco do Brasil desde 2002. Formado em Matemática pela UnB, com MBA Executivo em Negócios Financeiros e cursando pós-graduação em Auditoria. Já exerceu as funções de Caixa Executivo, Assistente de Negócios e Gerente de contas na agência Cruzeiro-DF. Na DG foi Assessor júnior na Controladoria e Assessor pleno na antiga Dicar. Atualmente, exerce a função de Assessor Empresarial na Diretoria de Meios de Pagamento.

# COMO VOTAR

# COMO VOTAR NAS ELEIÇÕES PREVI 2016

A votação será realizada das 9h do dia 13/5 às 18h do dia 27/5 – horário de Brasília (DF). Para votar é necessário estar inscrito em um dos planos de benefícios da Previ até o dia 31 de janeiro. Os votos serão colhidos da seguinte forma:

- Participantes, funcionários do Banco do Brasil S.A., em atividade no Banco, na Previ, Cassi e FBB ou em afastamentos regulamentares, votam pelos terminais SISBB disponibilizados pelo Banco do Brasil.
- Participantes, funcionários do BB, em quadro suplementar (Q.S), e aposentados após 19/4/2016 votam pelos terminais SISBB, nas agências de relacionamento.
- Aposentados e pensionistas maiores de 18 anos votarão pela web, no portal da Previ ([www.previ.com.br](http://www.previ.com.br)), ou pelos telefones 0800 729 0808 e 0800 031 0808. Em qualquer um dos canais, é necessário utilizar a senha do Autoatendimento do portal.



## ATENÇÃO

- **APOSENTADO APÓS 19/4/2016:** procurar qualquer agência do BB. O Administrador de Segurança da agência deve gerar nova senha de acesso ao SISBB. O Administrador usará as transações 01.01, 01.02 e 01.21 do Sistema Acesso.
- **CEDIDO OU EM QUADRO SUPLEMENTAR:** o próprio funcionário, que não estiver com sua senha de SISBB operante, pode solicitar a geração de nova senha para acesso ao SISBB, enviando e-mail (não necessariamente corporativo) para [gesit.gestaoacessos@bb.com.br](mailto:gesit.gestaoacessos@bb.com.br), informando: matrícula e nome; nome do órgão para o qual está cedido; número de telefone celular para recebimento da senha provisória via SMS (o número de celular informado deve constar no cadastro/MCI do funcionário).

Nesses casos, no primeiro acesso ao SISBB, será solicitado ao funcionário que cadastre uma nova senha e, então, ele poderá acessar o aplicativo Pessoal e votar.

**OS TEXTOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DAS CHAPAS.**